

País está farto de ladrão, arrocho e recessão

# Temer quer aproveitar a crise que criou para aumentar os impostos

Marcelo Camargo - ABR

## Parente acendeu estopim ao pôr diesel 39,9% acima até do preço internacional

**N**ão é preciso qualquer "subsídio", nem muito menos aumentar impostos, para que a vitória da greve dos caminhoneiros, com a conquista da redução do preço do diesel, seja efetuada. A elevação anterior do preço, pelo sujeito que Temer colocou na

Petrobrás, foi tão imensa, que, mesmo com a redução de agora, o lucro ainda é mais que extorsivo. Portanto, a história de que são os "contribuintes" que pagarão pela redução do preço apenas esconde que eram eles – ou seja, nós, o povo – que pagavam pelos aumentos estúpidos no preço do diesel. **Págs 2 e 3**



Motoboys fazem manifestação em Brasília em apoio aos caminhoneiros. Em São Paulo, entraram em greve

Marcelo Camargo - ABR

Véja

**HORA DO POVO**

ANO XXVIII - Nº 3.636 30 e 31 de Maio de 2018

★ ★ ★ ★ ★



## MP denuncia Agripino Maia por propina em obra da Copa

MP acusa o senador José Agripino Maia (DEM-RN) de receber propina para liberar dinheiro do BNDES à OAS. **Pág. 4**

## O bandido da luz vermelha: Temer autoriza o preço da energia subir

O governo autorizou a elevação do preço da energia. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou na sexta-feira (25) que a bandeira tarifária para a conta de luz no próximo mês passará de Amarela para Vermelha – patamar 2, com custo de R\$ 5 a cada 100 kWh (quilowatts-hora) consumidos. O sistema de bandeiras foi criado ainda no governo Dilma para cobrar dos consumidores custos mais elevados da energia. **Pág. 4**



Aparição de Temer na TV provocou pânico em vários Estados. Vans escolares fizeram protesto em S. Paulo



# Greve conquista a redução do diesel e freia aumentos abusivos

**1**

REAL BRASIL

**Nas bancas toda quarta e sexta-feira**

2º lançamento da candidatura de Lula reúne só 200 em Minas

O PT tentou de novo, mas só 200 pessoas foram à Praça Afonso Arinos, região central de Belo Horizonte. **Pág. 3**

## Combustível caro força a importação e põe refinaria na ociosidade

Enquanto aumenta a importação de combustível pelas múltiplas, uma vez que Parente coloca o nosso mais caro, as refinarias estão com 25% em média de capacidade ociosa. **Página 3**



A greve dos caminhoneiros derrotou a intransigência do governo Temer, que publicou na manhã da segunda-feira, no Diário Oficial da União, a redução de R\$ 0,46 por litro do diesel nas bombas, o congelamento de qualquer reajuste

pelos próximos 60 dias, e a garantia de que os reajustes ocorrerão apenas a cada mês. Na foto, o presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga de Ijuí (RS), Carlos Alberto Litti, em negociação com o governo. **P. 5**

## Extorsão nos preços do diesel teve início com Dilma e o PT

A política de preços extorsivos dos combustíveis foi iniciada, em sua essência, no governo Dilma, por Aldemir Bendine, que Dilma nomeou presidente da Petrobrás, hoje condenado a 11 anos de cadeia, por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. O diesel,

entre o fim do primeiro mandato de Dilma e o inglório fim de seu segundo mandato, aumentou em +28%. A gasolina, no mesmo período, aumentou em +21%. Em março de 2015, o preço dentro do Brasil estava 62% acima do preço internacional. **Página 2**

Barroso condena liberação de corruptos "a granel"

Gilmar soltou mais 2 na segunda-feira. P. 3

## Mesmo com redução de 10% no diesel, preço na refinaria garante lucro de 126%, afirma especialista

A greve dos caminhoneiros deixou a nu a criminosa política de preços de combustíveis, atrelada ao dólar, praticada por Pedro Parente na Petrobrás. Essa política, com reajustes diários, foi duramente criticada por especialistas do setor.

Paulo César Ribeiro, ex-engenheiro da Petrobras e consultor legislativo da Câmara e do Senado, ouvido pelo Jornal do Brasil, argumenta que, embora verdadeira, a questão das importações seria resolvida se os órgãos reguladores condicionassem as exportações do petróleo cru ao aumentando das atividades de refino, hoje praticamente monopolizadas pela Petrobrás e funcionando com apenas 75% de sua capacidade. “O custo médio de refino da Petrobrás é baixo, inferior a US\$ 3 por barril, e muito menor do que o registrado no exterior”, argumenta.

Segundo Ribeiro, o custo final de produção e refino é de US\$ 40 por barril, já incluídos custos administrativos e de transporte. A um câmbio de R\$ 3,70 e considerando que o barril tem 158,98 litros, o custo médio de produção do diesel seria de R\$ 0,93 por litro.

Antes do estouro da greve, a Petrobrás praticava preço médio nas refinarias de R\$ 2,33 por litro, o que garantia, conforme Ribeiro, uma margem de lucro de 150%. Após a redução de 10%, o preço do diesel foi rebaixado a R\$ 2,10, o que daria uma margem de lucro de 126%. “Ainda é um lucro altíssimo. Então não é razoável que a União subsidie a Petrobrás em quase R\$ 5 bilhões até o fim do ano”, afirmou o consultor.

Desde julho do ano passado o diesel subiu 59,32% nas refinarias e a gasolina, 58,76%. Enquanto isso, a inflação medida pelo IPCA, do IBGE, ficou em 2,68% no período.

Ou seja, a política de Parente é manter os preços dos combustíveis acima dos preços internacionais, para facilitar a vida das multinacionais, que estão ampliando as importações de suas matrizes. Já as refinarias da Petrobrás estão funcionando com apenas 75% de sua capacidade. “O problema é que a extração e exportação é muito mais lucrativa para os acionistas do que o refino. Há um plano claro de abandono de negócios diversificados”, acrescentou Ribeiro.

## Governador de SP ajudou a garantir reivindicações feitas por caminhoneiros

O governador de São Paulo, Márcio França, fez gestões junto ao governo federal para que a proposta de manter uma previsibilidade nos reajustes nos preços dos combustíveis, por um prazo de 60 dias, fosse aprovada, conforme ele defendera no sábado (26), com as lideranças dos caminhoneiros.

França disse que seria muito bom se o Planalto aceitasse a proposta, já que a política de atrelamento dos preços dos combustíveis ao dólar, levada a efeito pelo atual presidente da Petrobrás, Pedro Parente, causou a crise, com a elevação descontrolada nos últimos meses.

Somente entre 22 de abril e 22 de maio último – ou seja, em 30 dias – o preço do óleo diesel nas refinarias aumentou +18% e, nas bombas de combustíveis, +38,4%. No mesmo período, o preço da gasolina aumentou +20% nas refinarias e +47% nas bombas (v. Dieese, Nota Técnica nº 194, 26/05/2018).

A inflação, pelo IPCA, no mesmo período, foi de 0,066%.

Para o governador, o que os caminhoneiros querem “é que o preço

do diesel baixe, fique estável e permita que eles voltem a trabalhar”.

Márcio França considerou positiva a iniciativa do Senado de colocar em regime de urgência a votação do projeto que estabelece um piso para os fretes (PLC 121/2017), reivindicação antiga dos caminhoneiros, especialmente dos autônomos.

Com o fracasso do Planalto em sua tentativa de dividir o movimento, na primeira reunião de quinta-feira (24), em Brasília, saíram fortalecidas as lideranças que se recusaram a assinar o “acordo” inicial proposto pelo governo. No domingo, após nova reunião com o Planalto, as lideranças conquistaram a redução do diesel e o freio nos aumentos abusivos (ver matéria na página 5).

Em reunião com o governador, no sábado, os caminhoneiros paulistas conseguiram a isenção de pedágio para eixos suspensos, escalonamento do IPVA, suspensão das multas e outros benefícios. (Veja matéria no site do HP-Força dos caminhoneiros [isola.Planalto,mas.Temer.e.Parente.mantem.intransigencia](mailto:isola.Planalto,mas.Temer.e.Parente.mantem.intransigencia))

# Ildo Sauer: “Pedro Parente é um serviçal especialista em apagão”



Parente da Petrobrás, à esquerda, ri durante reunião sobre caminhoneiros

## Com Dilma, o preço do diesel esteve 62% acima do preço internacional

O PT, em seu site oficial, afirmou o seguinte: “desde que a presidenta Dilma Rousseff foi afastada pelo golpe jurídico parlamentar em maio de 2016, até o mês de abril de 2018 o preço médio da gasolina no Brasil aumentou 14,73% e o preço médio do diesel aumentou 13,76%”.

O PT alivia Temer: somente de 3 de julho para cá, o aumento do diesel foi +59,32%, e o da gasolina, +58,76% (v. HP 25-29/05/2018, Greve contra preço extorsivo do diesel se alastra pelo país).

Que a cúpula petista é muito ignorante, não é uma novidade.

Entretanto, não é um acaso que eles aliviem Temer e Parente com sua ignorância.

Porque eles, na verdade, não acham errada a política de Parente na Petrobrás. Afinal, eles a iniciaram, quando colocaram na Petrobrás o hoje presidiário Aldeir Bendine.

Apesar disso, são muito mentirosos: o PT, nesse texto, e em outros, atribui os aumentos sucessivos do diesel e da gasolina – que levaram ao levante dos caminhoneiros e à estúpida popularidade do movimento – exclusivamente a Temer.

Hoje, a única coisa que o PT sabe fazer, além de roubar, é fugir da sua responsabilidade.

Apenas alguns pontos:

1) O diesel, entre o fim do primeiro mandato de Dilma e o glório fim de seu segundo mandato, aumentou em +28%.

2) A gasolina, no mesmo período, aumentou em +21%.

3) Desde outubro de 2014 – portanto, ainda no fim do primeiro governo Dilma – o preço interno da gasolina disparou em relação ao preço internacional (cf. ANP, “Boletim Anual de Preços 2016: preços do petróleo, gás natural e combustíveis nos mercados nacional e internacional”, Rio, 2016, p. 78).

4) Quanto ao diesel: “Durante todo o ano de 2015, os preços domésticos do diesel estiveram em patamar superior aos preços internacionais. Em janeiro, o preço médio do combustível no mercado nacional foi 56% superior ao do seu con-



Dilma Rousseff e o presidiário Bendine gênero de referência” (cf. ANP, Boletim cit., p.79, grifo nosso).

Somente para frisar: a política atual foi iniciada, em sua essência, no governo Dilma, por Aldeir Bendine, que Dilma nomeou presidente da Petrobrás, hoje condenado a 11 anos de cadeia, por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Em 3 de julho de 2017, Parente e Temer oficializaram essa política – mas ela vinha de antes.

### PILHAGEM E ROUBO

Como foi a política de preços do PT na Petrobrás, até o segundo semestre de 2014?

Entre 2011 e 2014, em nome de um suposto combate à inflação, a Petrobrás foi obrigada, por Dilma e pelo PT, a comprar diesel e gasolina no exterior (basicamente, nos EUA) e vender esses produtos para as multinacionais petrolíferas, aqui no Brasil, a um preço menor do que aquele que pagava para adquiri-los.

Isso obrigou a Petrobrás a um gasto – um prejuízo – de US\$ 98 bilhões na importação e venda de combustíveis (cf. E.L. Fagundes de Almeida, P. Vargas de Oliveira e L. Losekann, “Impactos da contenção dos preços de combustíveis no Brasil e opções de mecanismos de precificação”, Revista de Economia Política, vol. 35, nº 3 (140), pp. 531-556 julho-setembro/2015).

Dito de outra forma: a Petrobrás foi obrigada a gastar US\$ 98 bilhões (noventa e oito bilhões de dólares) subsidiando multinacionais, aumentando a margem de lucro desses monopólios privados estrangeiros, com a importação e venda de derivados de petróleo.

A política do PT, durante o primeiro mandato de Dilma, foi, como denunciou a Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET), a de “subsidiar os combustíveis

repassados às demais distribuidoras como Shell, Esso, Repsol, Ultra” (v. HP 12/03/2014, Aepet condena subsídio para multinacionais na importação de gasolina às custas da Petrobrás).

Depois disso foi o dilúvio. Os aumentos, ainda no governo Dilma, lançaram os preços internos muito acima dos preços internacionais.

Temer, até na política de preços da Petrobrás, foi – e é – uma continuação de Dilma.

Nem vamos falar, aqui, do roubo direto aos cofres da Petrobrás, que levou Lula, Vaccari, Palocci, Dirceu e Bendine à cadeia (R\$ 42 bilhões em sobrepreços e superfaturamentos, incluídas as propinas, segundo estimativa da perícia da Polícia Federal).

No entanto, após a explosão da revolta dos caminhoneiros, a linha dos petistas é zombar da população. Um texto, no boletim do PT na Câmara, começa com “Eu avisei”.

Outro, dos mais cretinos, repetido por cérebros meia-confecção, diz: “Agora que a gasolina já chega a R\$ 5,00, grupos da internet perguntam: onde está Taís Helena Galon Borges? Para quem não se lembra, recomendo o vídeo abaixo. Ele foi muito divulgado quando Dilma Rousseff era presidente. No vídeo, Taís parece surtada em um posto de gasolina. Grita para que os motoristas não abasteçam. E alerta para a caos: os caminhoneiros parariam e faltaria comida na mesa dos brasileiros. Ela estava revoltada com o preço do combustível: R\$ 2,80. Nos dias que antecederam o golpe, parecia revoltada. Hoje, como a maioria das pessoas que foram à rua protestar naqueles dias, permanece em silêncio. Óbvio que nunca foi contra a corrupção nem em defesa da Petrobras. Era ódio. Ódio ao PT”.

Sabe que a Taís tinha razão?

“Foi escolhido a dedo por este governo, me parece que pela experiência que tinha”, ironizou o vice-diretor do Instituto de Energia e Ambiente da USP

“Pedro Parente foi escolhido a dedo por Temer porque tinha experiência em promover apagão e o desabastecimento. É isso o que ele sabe fazer muito bem”, disse o professor Ildo Sauer, vice-diretor do Instituto de Energia e Ambiente da USP, ao comentar o impasse criado pelos sucessivos aumentos nos preços do diesel praticados por Parente e os caminhoneiros em greve. Pedro Parente foi chefe da Casa Civil do governo FHC e foi nomeado para chefiar o Ministério do Apagão. Ele ficou conhecido como “ministro do apagão”.

“Os trapalhões do governo estão num beco sem saída. E tudo sempre para atender os interesses dos grupos financeiros e dos grandes grupos econômicos”, denunciou Sauer. “Parente é um serviçal do neoliberalismo e faz qualquer artimanha para cumprir esse papel”, prosseguiu o especialista. “Por isso que ele foi escolhido a dedo por este governo, me parece que pela experiência que tinha”, ironizou o professor Ildo Sauer.

Ele denunciou que “há um esquema grave acontecendo”. “Deliberadamente a Petrobrás decidiu praticar preços que incentivaram a importação de derivados pelos operadores privados multinacionais que estão aqui dentro e, inclusive, para a Petrobrás não operar, ou para operar abaixo da sua capacidade”, destacou Sauer. Ou seja, segundo Ildo, as refinarias brasileiras estão sendo sabotadas pela importação de derivados, incentivados pelo governo.

A Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet) denunciou que, com o atrelamento aos preços internacionais e o incentivo às importações, a estatal vem perdendo “com a ociosidade de suas refinarias e a entrega da sua participação no mercado brasileiro de combustíveis. Perde a maioria dos brasileiros que consome, direta e indiretamente, os combustíveis com preços majorados. Perde a União e os estados federados com os impactos recessivos e da arrecadação causados por preços elevados dos combustíveis”.

Segundo a Aepet, com os preços mais altos, abre-se espaço para a importação por concorrentes. “A estatal perdeu mercado e a ociosidade de suas refinarias chegou a um quarto da capacidade instalada. A exportação de petróleo cru disparou, enquanto a importação de derivados bateu recordes. O diesel importado dos EUA, que em 2015 respondia por 41% do total, em 2017 superou 80% do total importado pelo Brasil”, diz a entidade. As refinarias estão sendo paralisadas pelos efeitos da importação incentivada e já se fala até em privatizá-las.

### REFINO

Ildo Sauer lembra que “a capacidade de refino não vai mais ter condições de atender a demanda, por causa dos fiascos na expansão da capacidade de refino”. “Abreu e Lima, as duas do Maranhão e Pernambuco, o Comperj, tudo isso foi um desastre de gestão promovido a partir de 2008/9 com a hegemonia da senhora Rousseff na Petrobrás”, observou. “Depois que ela conseguiu nos ejetar de lá, ficou essa lambança e não expandiram a capacidade de refino”.

“Agora, num aceno muito claro de que a principal missão da Petrobrás é atender os interesses dos acionistas do Brasil e do exterior, que têm seus porta-vozes na grande imprensa diariamente defendendo isso, a Petrobrás exporta óleo que ela produz e importa e usa apenas uma parte da sua capacidade de refino para permitir que as outras ocupem espaço”, disse o professor. “Isso é coerente com a política anunciada de privatizar parte da capacidade de refino para criar um mercado aberto e também, ironicamente, é a estratégia que garante rentabilidade para a Petrobrás porque a maior margem do lucro da Petrobrás está em produzir petróleo e exportar”, acrescentou Sauer. “O importante é quem se apodera desse lucro”, alerta.

Para Ildo, esta estratégia “cai como uma luva nas ambições daqueles grupos que são os verdadeiros patrões desse governo”. “Esse sistema político partidário não passa de um grupo de capitães do mato para subjugar a população brasileira aos grandes interesses empresariais e financeiros internos no Brasil e externos”, observa.

Ildo Sauer explica que a CIDE era para equilibrar as diferenças de preços internos e externos, mas, segundo ele, ela foi deformada. “Você tem um fundo rotativo com o qual, quando os preços aqui dentro estão acima do mercado internacional, por uma conjuntura, por causa da taxa de câmbio ou por

causa dos preços que baixam no exterior, etc, você então acumula, você cobra um valor sobre os derivados, isso vai para um fundo. Quando há uma emergência como agora, esses fundos são usados periodicamente para compensar”, explicou. “Isto faz com que se faça o acompanhamento em relação à flutuação internacional. As variações ficam atenuadas por este fundo. No final ele se torna neutro, se bem administrado, e evita aumentos, etc. E permite também outras finalidades, aumentar a produtividade, etc. E legítimo que ele use parte do valor do excedente econômico – diferença entre o custo de produção e o valor dos derivados que o petróleo permite – para fazer políticas públicas transparentes e claras de engendrar novos segmentos, novos setores. Isso tudo eu considero legítimo num governo democrático e desenvolvimentista”. Mas, para Ildo, interesses escusos deturpam a ideia da CIDE.

O governo prioriza servir aos acionistas, que são aqueles que no longo entardecer do neoliberalismo, que aconteceu entre os anos 80 e 90, mas que foram consolidados nos governos do PT, mais se beneficiaram. “Do ponto de vista político são três grupos. O primeiro são os acionistas e os grupos externos, com a privatização, com a política do Banco Mundial, com o Consenso de Washington, conseguiram construir uma trajetória política e progressivamente se tornar controladores acionistas de grande parte desses segmentos da economia”, disse o professor da USP. Os outros são a população, dona de tudo e os consumidores.

“Há uma disputa em torno do valor que é produzido. Seja a mais valia na disputa pelo trabalho, seja no excedente econômico criado na produção de energia elétrica e do petróleo. Há um lucro extraordinário. A Petrobrás produz a 10 dólares e exporta a 80 dólares. Um lucro muito grande. Só que 52% do lucro é para privados, 30% na bolsa de Nova Iorque”, explicou Ildo. “Em 2000 o senhor Fernando Henrique Cardoso vendeu 30% da Petrobrás que, então, valia 15 bilhões de dólares por 5 bilhões de dólares. Vendeu um terço da Petrobrás e esses acionistas estão lá no exterior”, prosseguiu.

“É uma disputa entre três grandes grupos de interesses. Primeiro os acionistas que querem controlar esse segmento e maximizar o seu retorno. E o que tem acontecido ultimamente. O Segundo grupo de interesses são os consumidores, isto é aqueles que usam a eletricidade, que usam o diesel, que usam a gasolina, que usam o GLP, que usam a Nafta. Segundo Sauer, “é legítimo que os consumidores queiram pagar menos. Agora, o terceiro grupo que é vítima dos dois lados é o grupo da população brasileira que, pela Constituição é, de fato, a dona dos potenciais hidráulicos, dona das jazidas de petróleo do país”.

“O PT não mudou a política que tinha 20 anos. Tínhamos que resguardar o valor que a população tinha direito na retribuição justa pela utilização de seus recursos naturais. Que pertence à geração futura. E todo o petróleo produzido agora, que não estará mais aqui, daqui a um, dois três, dez ou vinte, trinta anos, deverá ter deixado no seu lugar uma riqueza maior do que se permanecesse”, defendeu Ildo. “Isto não está acontecendo. Então há uma traição inter-generacional. As gerações futuras estão sendo subtraídas nos seus direitos pela geração atual para fazer isso”, denunciou.

“O segundo problema é que, num país que tem tantas carências, tem que buscar um equilíbrio entre a geração do excedente econômico para aplicação direta para fins públicos, como educação, saúde, reforma urbana, agrária, ciência e tecnologia, todas aquelas prioridades. Tem que ter dinheiro direto para esses programas. E a outra parte para manter o sistema econômico funcionando com eficiência, com aumento de produtividade e geração de emprego, porque nós temos que garantir uma transição desse sistema”, prosseguiu o professor.

Parente está, portanto, dando sequência em seu trabalho de serviçal. Ele fez isso na época de FHC e sua política, se uma forma ou de outra, prosseguiu e não foi modificada. “Nem FHC, nem Dilma, nem Lula, nem Temer. Nenhum deles serviu aos interesses do povo. Todos eles escolheram seus parceiros, a quem se subjugaram, e instrumentalizaram a Petrobrás e a Eletrobrás para fazer esse serviço de capitães do mato”, completou Ildo Sauer.

SÉRGIO CRUZ

## Escreva para o HP

[horadopovo@horadopovo.com.br](mailto:horadopovo@horadopovo.com.br)

**HORA DO POVO** é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto Rua José Getúlio, 67, Cj. 21 Liberdade - CEP: 01509-001 São Paulo-SP E-mail: [inc24agosto@uol.com.br](mailto:inc24agosto@uol.com.br) C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto  
Redação: fone (11) 2307-4112  
E-mail: [horadopovo@horadopovo.com.br](mailto:horadopovo@horadopovo.com.br)  
E-mail: [comercial@horadopovo.com.br](mailto:comercial@horadopovo.com.br)  
E-mail: [hp.comercial@uol.com.br](mailto:hp.comercial@uol.com.br)  
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000  
**Sucursais:**  
**Rio de Janeiro (RJ):** IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679  
E-mail: [hpri@oi.com.br](mailto:hpri@oi.com.br)  
**Brasília (DF):** SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000  
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: [hp.df@ig.com.br](mailto:hp.df@ig.com.br)  
**Belo Horizonte (MG):** Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480  
E-mail: [horadopovomg@uol.com.br](mailto:horadopovomg@uol.com.br)  
**Salvador (BA):** Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: [horadopovobahia@oi.com.br](mailto:horadopovobahia@oi.com.br)  
**Recife (PE):** Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004  
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603  
E-mail: [horadopovope@yahoo.com.br](mailto:horadopovope@yahoo.com.br)  
**Belém (PA):** Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 1400 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823  
**Correspondentes:** Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

[www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

## Locaute é o cacete!

O governo diz que vai multar e prender os donos de frota que decidiram manter seus caminhões parados, reforçando a greve dos caminhoneiros.

É curioso ver um governo composto por tantos réus da Lava Jato fazendo caras e bocas enquanto arrotam que vão prender alguém.

Eles dizem que os trabalhadores têm direito de greve, mas que a lei proíbe os patrões de realizarem o locaute.

É verdade, mas, se os patrões estivessem fazendo locaute, a jagunçada de Temer e o tipo pernóstico de mídia que os acompanha na certa estariam dando o maior apoio. Se estão criticando, é porque os empresários não estão fazendo locaute.

Em qualquer dicionário, locaute é definido como uma ação de patrões contra seus empregados. Contra, para constrangê-los. Nunca a favor deles.

Vejamos o significado de locaute em três dicionários diferentes:

**1. Dicionário Online de Português** - Palavra aportuguesada de lockout. Ação de fechar um estabelecimento, empresa, fábrica etc. pela direção, fazendo com que seus empregados aceitem uma diminuição de seus salários, até que os mesmos acatem as novas exigências apresentadas.

**2. Dicionário Caldas Aulete** - Fechamento de uma fábrica ou estabelecimento pela direção, a fim de impedir a entrada dos funcionários e pressioná-los a aceitar certas condições.

**3. Dicionário Primberam da Língua Portuguesa** - Encerramento de fábrica, oficina ou outro estabelecimento, decidido por um patrão ou por uma direção para resistir às exigências dos trabalhadores ou para os pressionar a aceitar determinadas condições ou propostas.

No caso da greve dos caminhoneiros, portanto, não há locaute algum. Ao preferir manter seus caminhões parados a ter que pagar um preço pelo combustível que acabaria por levá-los à falência, os donos de frota não estão agindo contra os trabalhadores, mas a favor deles.

Aliás, quando setores díspares como o caminhoneiro autônomo, o dono de frota e o motorista que trabalha para este põem de lado suas diferenças para exigir conjuntamente medidas que impeçam o diesel de acumular aumentos absurdos, como o de 18% (e a gasolina 20%) entre os dias 22 de abril e 22 de maio (ver Nota Técnica do Dieese, de 26 de maio), já está mais do que na hora do governo tomar vergonha e adotar uma política decente para o preço dos combustíveis, desatrelando-o do dólar.

(S. R.)

## Foi o governo federal que criou esse problema, diz o governador Paulo Câmara

O governador de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB), tomou medidas para amenizar a situação diante da greve dos caminhoneiros no Estado e emitiu uma nota cobrando solução para o problema. Para o governador, os caminhoneiros “protestam contra os aumentos exagerados no preço do óleo diesel”. No texto, o governo pernambucano chama a atenção para o fato de que a “solução para esse impasse” está “nas mãos do Governo Federal”. “Estados e Municípios são hoje responsáveis pela maior parte dos recursos destinados às áreas de Saúde, Educação e Segurança Pública. Não é razoável que o Governo Federal pretenda que Estados e Municípios financiem a solução de um problema que foi criado por ele”, diz a nota.

Em entrevista, Câmara criticou o governo federal que propõe uma redução no imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do diesel para negociar com os caminhoneiros. “Não vamos de maneira nenhuma, no momento de crise pelo qual passamos, abrir mão de receita de saúde, de educação, de segurança, para garantir lucro da Petrobras. Pernambuco não iniciou esse movimento de alta de combustíveis, foi a Petrobras, sem diálogo, sem conversa, como também fez no preço do gás de cozinha”, afirmou. Sem dúvida, foi a política criminosa de preços aplicada pela direção da Petrobras, encabeçada por Pedro Parente, homem das multinacionais colocado lá para favorecer os acionistas estrangeiros da estatal.

## “Pedro Parente nunca deveria ter entrado na Petrobras”, diz Ciro

O pré-candidato à Presidência da República, Ciro Gomes (PDT), apontou a política de preços da Petrobras como a responsável pela crise provocada pela greve dos caminhoneiros. “A política de preços do Pedro Parente e do Michel Temer é uma fraude que fez uma nação inteira de refém, a economia inteira de refém, para beneficiar meia dúzia de acionistas minoritários”, disse Ciro.

Ciro diz que a direção da estatal deve mudar a política de preços. “Porque a essência do problema é você trazer câmbio e custo de Roterdã para a estrutura de forma-

ção de preços no Brasil. Quando a única razão mais relevante para os valores estratégicos da institucionalidade mesmo de existir da Petrobras é ela imunizar o Brasil dos ciclos eternos de especulação do petróleo no mundo”, disse. “Abre uma guerra e explode o (preço) petróleo, o Brasil pode perfeitamente ter uma política, aí sim, isto é mercado: custos da Petrobras, mais remuneração do seu imobilizado, e o lucro em linha com seus competidores.” O pré-candidato falou sobre a permanência de Parente no cargo. “Ele (Pedro Parente) nunca deveria ter entrado”.

# Depois do caos: governo diz que ‘haverá aumentos de impostos’

## Barroso critica quem solta os corruptos “a granel” no país

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou que os corruptos são pessoas “libertadas a granel” no país apesar de desviarem milhões e possuírem contas no exterior. Para Barroso, eles tornaram-se “uma minoria muito bem protegida no Brasil”.

A fala do ministro aconteceu no sábado (26), num congresso de magistrados, em Maceió. Barroso não deu o nome de quem solta corruptos “a granel”, mas não é difícil identificar. Gilmar Mendes, seu colega no STF, é quem abre as portas para os corruptos.

Na segunda-feira (28), Gilmar soltou dois presos da Operação Pão Nosso, que investigou desvios de recursos na Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap). Sairão da cadeia o doleiro Sérgio Roberto Pinto da Silva e o ex-diretor da Seap, Cesar Rubens Monteiro de Carvalho.

## Comandante do Exército: “nossa diretriz é no bem-estar social e na perene negociação”

O comandante do Exército, general Eduardo Villas Boas, afirmou no domingo (27) que a “diretriz operacional” para atuação de militares no desbloqueio de rodovias é negociar para “evitar conflitos”.

“Desejamos, o mais rápido possível, a solução desse desafio, a fim de mitigar as dificuldades crescentes da população. Reafirmamos como dire-



Greve disse NÃO à política de Pedro Parente

triz operacional o foco no bem-estar social e na perene negociação para evitar conflitos entre os atores diretamente envolvidos”, escreveu o general.

Villas Boas informou que se reuniu na sala de alto comando do Exército com o ministro da Defesa, general Joaquim Silva e Luna, e outros militares para uma vídeo-conferência com responsáveis

por áreas de atuação na “solução da ‘greve dos caminhoneiros’”. De acordo com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), até as 22h do sábado (26), havia 554 pontos de bloqueio nas estradas do país. Segundo a PRF, contudo, a maior parte é de bloqueios parciais, “sem prejuízo à livre circulação”. Leia mais em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

## País protesta contra Temer com panelaços

Em diversas cidades pelo Brasil afora aconteceram panelaços durante o enfadonho discurso de Temer transmitido ao vivo pela televisão, na noite de domingo (27/05).

Em São Paulo, foram ouvidos protestos da população nos bairros da Bela Vista, Jabaquara, Pompeia, Moema, Perdizes, Jardins e centro. No Rio, foram

realizados panelaços” no Flamengo, Barra da Tijuca, Tijuca, Urca, Méier e Lapa. No Recife, protesto em Boa Viagem, e em Salvador, em bairros como Imbuí e Pituba. Também houve manifestações em Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre, Niterói e Balneário Camboriú. Repudiado por 96% da população, Temer repe-

te Dilma no período do impeachment, quando esta teve de conviver com “panelaços” durante pronunciamentos na TV. Os caminhoneiros paralisaram o país por uma semana e tiveram importantes vitórias, como a redução de R\$ 0,46 no preço do litro do óleo diesel e congelamento por 60 dias (v. matéria na página 5).

## Atos da pré-candidatura de Lula fracassam

O PT já tinha feito no dia 20 atos de lançamentos da pré-candidatura de Lula. Não deu certo e remarcaram para este domingo (27). Também foi muito abaixo das expectativas dos organizadores. Em ato na Praça Afonso Arinos, região central de Belo Horizonte, 200 pessoas compareceram ao lançamento na capital mineira.

O quadro não foi diferente em outras cidades. Nitidamente incomodados, os petistas tentaram colocar a culpa do fiasco na mobilização dos ca-

minhoneiros. Nada mais falso, na semana passada não tinha greve da categoria e nem assim funcionaram os atos petistas. Repetindo o mantra de que “não tem plano B”, que o candidato é Lula, mesmo sendo ficha suja, o PT realizou eventos em diversas cidades, “indiferente da quantidade de adeptos”.

O lançamento ocorreu em meio à pressão de setores do partido, especialmente de governadores, pela definição de um candidato que vá mesmo concorrer às eleições.

Lula se encontra preso em Curitiba, na Polícia Federal, e pode entrar com requerimento pedindo registro da sua candidatura no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mesmo sendo ficha suja. Com o TSE vetando sua candidatura, ele pode recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF). Mas aí o PT deixaria de fazer campanha para tentar viabilizar a candidatura de Lula. E isso que temem os setores que pressionam a presidenta do PT, senadora Gleisi Hoffmann.

## João Goulart Filho: “vou reduzir os juros e estimular a produção”

João Goulart Filho, pré-candidato a presidente pelo Partido Pátria Livre (PPL), afirmou, em entrevista à TV Guarulhos, na segunda-feira (28), que sua primeira medida como presidente será a redução dos juros e o fim da especulação financeira que “está inviabilizando a economia e a produção no país”. “O Brasil não suporta essas taxas de juros, muito acima dos níveis internacionais, que estão estrangulando as atividades produtivas e agravando o desemprego. A primeira coisa que vamos fazer é reduzir esses juros”, disse Jango.

Ele falou também sobre a crise dos combustí-

veis que levou o país ao caos nos últimos dias. Para Goulart, “praticar preços do diesel e da gasolina bem acima dos preços externos e atrelá-los ao dólar, como insiste Pedro Parente, é uma atitude criminosa”. “Essa política está levando a preços abusi-

vos e incontroláveis, em prejuízo não só dos caminhoneiros, mas de toda a população brasileira. Não é só o diesel que está subindo, é a gasolina também. É insustentável mantê-la”, destacou o pré-candidato.

Leia mais em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)



“Política de Pedro Parente é insustentável”

## Política de preços abusivos do diesel e da gasolina incendiou o país. Caminhoneiros fizeram Temer recuar

A greve dos caminhoneiros chegou ao fim, com a vitória, com a conquista das suas muito justas reivindicações (v. [matéria na página 5](#)).

Nesse momento, não há nada mais cretino – não apenas porque é mentiroso, mas porque é uma mentira especialmente peçonhenta – que a propalação, pelo governo e por uma mídia algo sem pé (e, talvez, algo sem cabeça), de que, para reduzir o preço do óleo diesel, há necessidade de “subsídio”, do governo ou da Petrobras, por isso, serão os “contribuintes” que pagarão a vitória dos caminhoneiros.

A redução no preço do diesel não demanda qualquer subsídio, seja do governo, seja da Petrobras.

Como demonstrou o engenheiro de petróleo Paulo César Ribeiro Lima – consultor da Câmara na área de recursos minerais, hídricos e energéticos –, a política de preços de Pedro Parente, o sujeito que Temer colocou na Petrobras, elevou de tal forma o preço do diesel, que a redução acordada com os caminhoneiros ainda significa um ganho extorsivo na venda pelas refinarias (v. [matéria na página 2](#)).

O preço do diesel, portanto, poderia ter até mesmo uma maior redução, sem causar qualquer prejuízo à Petrobras.

O que, aliás, é lógico, pois os aumentos do óleo diesel – e também os da gasolina – não tiveram nenhuma relação com os custos de produção. O que Parente fez foi elevar, sistematicamente (e diariamente) o preço do diesel e da gasolina para mantê-los bem acima do preço internacional.

O motivo, como já dissemos, foi possibilitar que a Shell e outras multinacionais aumentassem barbaramente a sua margem de lucro, importando diesel e gasolina para vendê-los a preços muito mais elevados dentro do Brasil.

Então, se a Petrobras não necessita de qualquer subsídio, nem necessita subsidiar nada para que o preço do diesel seja reduzido, por que essa campanha, segundo a qual a redução foi “às custas dos contribuintes”?

Primeiro, para tentar manter a política de Parente, de aumentos sucessivos no preço do óleo diesel e gasolina.

Por que o governo e certa mídia são a favor de manter essa política?

Porque eles são a favor de beneficiar monopólios petrolíferos estrangeiros e contra a Petrobras, que foi criada para ser um instrumento do nosso desenvolvimento, da nossa independência econômica.

Tornar a Petrobras uma espécie de leão de chácara das multinacionais, aumentando preços para que estas últimas açambarquem o mercado, é o que eles querem.

O segundo motivo para essa campanha é tentar desmoralizar um movimento que, pela primeira vez em muito tempo, uniu o país.

Há muito não havia tal unanimidade no Brasil: todos contra a extorsão no preço dos combustíveis.

A população identificou-se com os caminhoneiros porque todos sabem que estão sendo, tanto quanto os caminhoneiros, extorquidos.

A política de Parente na Petrobras é a ponta mais visível, mais escandalosa, do esbulho que é toda a política desse governo, desde que Dilma tomou posse em seu segundo mandato – e Temer a continuou.

Em outra parte desta edição, nos referimos ao início dos aumentos de óleo diesel, ainda no governo Dilma (v. [pág. 2](#)).

É preciso ser um hipócrita,

um cínico – e um mentiroso – para esquecer que o PT começou essa política, seja em relação aos preços dos combustíveis, seja em relação a atirar a economia em um abismo.

Pois, evidentemente, não foram apenas os aumentos escorchantes nos preços do diesel e da gasolina que começaram no governo Dilma.

A revolta que se viu no país foi tão ampla porque foi uma revolta – ainda que a consciência disso fosse muitas vezes confusa ou difusa – contra o conjunto da política de assalto aos setores produtivos, e de transferência de renda (e de patrimônio) desses setores para o setor improdutivo, estéril, parasitário da economia, ou seja, o setor financeiro, o cartel de bancos e fundos, na maior parte estrangeiros.

Certamente, muitos, a maioria, não o perceberam imediatamente. O importante é que essa consciência se desenvolveu e continua se desenvolvendo.

O principal sinal disso é que não houve, mesmo com certas dificuldades, nenhuma queixa contra os caminhoneiros. Pelo contrário, todos achavam que eles eram um exemplo.

O movimento mostrou que a política desse governo não corresponde a nenhuma necessidade real, exceto à ganância de alguns parasitas financeiros, que não trabalham nem empreendem nada.

Assim, a campanha que quer afirmar que a redução no preço do diesel será um sacrifício para o povo, apenas inverte a realidade – tentando chocar uma parcela do povo brasileiro com outra.

Sacrifício para o povo foi suportar os aumentos de preços do diesel – que, por sinal, não afetam somente os caminhoneiros, mas são um componente do preço de qualquer produto transportado nas rodovias, isto é, quase todos.

Dentro disso, o anúncio, pelo ministro da Fazenda, um certo Guardia, de que o governo pretende aumentar impostos para financiar a redução no preço do óleo diesel, conquistada a muque, mostra que Pedro Parente (v. [matéria na página 2](#)) não é o único escroque neoliberal maluco e sem limites na praça.

Porém, mostra, mais ainda, que esse é um governo de vigaristas e de achacadores.

Diz o governo que, para diminuir o preço do diesel, é preciso eliminar a cobrança do PIS/Cofins e da Cide na composição do preço do produto.

Ou seja, tem que diminuir tributos.

Porém, para diminuir tributos no preço do diesel, diz o governo, é preciso aumentar tributos.

Não é uma maravilha?

A diferença é que os tributos eram somente sobre o litro do diesel. Já estes que o governo quer aumentar para que os outros diminuam, são em cima de tudo e de todos.

Portanto, é apenas mais uma variante da farsa anterior: a de que é a população que irá pagar a redução do preço do diesel.

No entanto, a população estava pagando, em cada mercadoria, os aumentos de preço do diesel.

Essa redução apenas diminuirá em pequena medida os ganhos que as multinacionais petrolíferas têm às custas da Petrobras e do povo brasileiro.

É só isto – e, depois do diesel, ainda há todo o país para fazermos o mesmo, só que de modo muito mais amplo e profundo.

Quanto a subsídios, o que o Brasil precisa é afastar do poder – inclusive da Petrobras – os que subsidiam os espoliadores do país.

CARLOS LOPES

# Depois do diesel, Temer autoriza bandeira vermelha 2 na energia

Com nova mudança na bandeira tarifária, conta de luz passa a ter acréscimo de R\$ 5 a cada 100 kWh e aumenta ainda mais o tarifaço de Temer

Em meio à greve dos caminhoneiros o governo anunciou que a conta de luz ficará mais cara em junho, sendo essa mais uma demonstração de ataque ao trabalhador promovido pelo governo Temer.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou, nesta sexta-feira (25) que a bandeira tarifária para a conta de luz no próximo mês será vermelha (patamar 2) com custo de R\$ 5 a cada 100 kWh (quilowatts-hora) consumidos.

Composto por bandeiras nas cores verde, amarela e vermelha (patamar 1 e 2), o sistema de bandeiras foi criado para cobrar dos consumidores custos mais elevados na geração de energia elétrica, principalmente pelo uso de termoeletrônicas.

Vale ressaltar que este sistema não alivia, em momento algum, o valor da conta paga pelos brasileiros, no máximo, quando a bandeira está na cor verde, não há uma cobrança extra. Qualquer tipo de redução não existe.

De acordo com a agência, com o fim do período úmido, os reservatórios do Sul apresentaram redução de volume provocando o aumento do risco hidrológico e o preço da energia no mercado de curto prazo.

“Com o fim do período úmido, os reservatórios do Sul apresentaram redução de volume provocando o aumento do risco hidrológico (GSF) e o preço da energia no mercado de curto prazo (PLD). Além disso, a previsão de chuvas é baixa quando comparada à média histórica. O GSF e o PLD são as duas variáveis que determinam a cor da ban-

deira a ser acionada”, disse a agência.

O governo afirma, desde a criação das bandeiras tarifárias, realizada por Dilma, que a falta de chuvas e o baixo volume de águas nas hidroelétricas, cria a necessidade de acionar as termoeletrônicas, cujo custo de geração de energia é mais elevado. Porém não existiu nenhum tipo de planejamento para o setor, nem de investimento em novas geradoras de energia.

Para o governo a solução tem sido simples, transmitir ao consumidor este custo mais elevado, mesmo autorizando aumentos na distribuição de energia, realizada em sua imensa maioria, e nas maiores cidades, por empresas privadas. Ao povo fica o alto custo e baixa qualidade nos serviços e aos empresários grandes lucros.

Os governos Dilma e Temer (PT e PMDB respectivamente) não concluíram as obras de hidrelétricas previstas, como: Santo Antônio, Belo Monte e Jirau que garantiriam a oferta para a demanda que não parou de crescer. Sem investimentos no sistema Eletrobrás no último período, a situação é que o sistema elétrico brasileiro está chegando no limite, no colapso, as distribuidoras controladas por múltiplos mantendo lucros exorbitantes e o povo sendo onerado, prática esta já habitual do atual governo.

A série de aumentos nas tarifas de energia que está sendo promovida pelo governo já atingiu mais de 75,4% da população brasileira, apenas nos últimos oito meses. Os aumentos autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica chegam a 38,6%.



Aumento na tarifa de energia aconteceu em meio à greve dos caminhoneiros



## Conselho da Eletrobrás aprova a venda da participação em 70 SPEs

Com o plano de privatização da Eletrobrás por meio da MP 814/2017 derrotado no Congresso Nacional, o governo Temer (PMDB) agora caminha para entregar para a iniciativa privada as participações da estatal em 70 Sociedades de Propósito Específicos (SPEs) em empreendimentos de geração e transmissão de energia.

De acordo com o comunicado da diretoria da empresa, oito lotes são formados por 59 SPEs que atuam na geração eólica, com cerca de 970 MW de potência. Outros nove lotes são compostos por 11 SPEs na transmissão que somam 1 mil quilômetros de linhas e 2.450 MVA em capacidade de transformação.

Para organizar a venda do patrimônio brasileiro o serviço de assessoria em vendas do banco Credit Suisse foi contratado pelos privatistas que ocupam a direção da Eletrobrás.



Das 70 SPEs, 59 são na produção de energia eólica

O edital do processo será publicado em breve.

O governo afirmou que pretende arrecadar R\$ 2,8 bilhões com a venda.

A entrega para o setor privado das usinas de geração de energia eólica no país não é pouca coisa. O segmento já é responsável por 8,3% da energia produzida no Brasil, percentual ainda distante dos 60,9% produzido pelas hidrelétricas, mas já próximo

dos 9,3% da produção das usinas de biomassa, que ocupam o segundo posto no ranking nacional.

Atualmente o Brasil ocupa o oitavo lugar no ranking mundial em capacidade instalada de produção de energia eólica, segundo o Global Wind Statistic 2017, documento anual com dados mundiais de energia eólica produzido pelo Global Wind Energy Council (GWEC).



## MPF entra com ação contra senador Agripino Maia por improbidade administrativa

O senador José Agripino Maia (DEM-RN) e o empresário da empreiteira OAS Léo Pinheiro foram processados por improbidade administrativa em obra da Copa do Mundo de 2014, no Brasil. A denúncia foi apresentada pelo Ministério Público Federal (MPF) à Justiça Federal do Rio Grande do Norte.

A ação é referente à acusação de recebimento de propina por Agripino para que ele viabilizasse a liberação de um financiamento do BNDES para a OAS, na obra do estádio Arena das Dunas, em Natal.

Meses antes da Copa, o financiamento estava aguardando a análise do TCE-RN (Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte). A denúncia acusa Agripino de influenciar o TCE-RN e emitir um parecer que, na prática, concretizou a liberação do dinheiro pelo BNDES.

Na época, o senador Agripino foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR), e se tornou réu no STF (Supremo Tribunal Federal) por suspeitas de corrupção e lavagem de dinheiro.

Diferente da ação criminal que tramita no STF, este novo processo por improbidade é uma ação civil e pede a condenação do senador por enriquecimento ilícito, com a perda do cargo e dos valores supostamente recebidos a título de propina, que somam R\$ 904 mil.

Por se tratar de uma ação de direito civil, e não criminal, os processos por improbidade não abrangem a regra do foro privilegiado. Sendo assim, o MPF pode apresentar a ação diretamente à primeira instância da Justiça Federal e não ao STF, como foi feita na ação com denúncia penal sobre o mesmo caso.



Missionária foi morta em 2005

## Ministro do STF concede habeas corpus a assassino da irmã Dorothy Stang

O ministro Marco Aurélio de Melo, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu habeas corpus a Regivaldo Pereira Galvão, condenado tardiamente em 2010 pelo assassinato da missionária Dorothy Stang.

Conhecido como Taradão, Regivaldo foi condenado por juri popular a 30 anos de prisão por ser um dos mandantes da execução de Dorothy. A missionária que participava da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e era engajada na luta pela reforma agrária foi assassinada com seis tiros em 2005, aos 73 anos, na região de Anapu, Pará.

Em nota, a Pastoral da Terra manifestou indignação com a decisão do ministro Marco Aurélio.

“Quando a gente pensa que, neste País, envolvido a cada dia em novos escândalos, nada mais pode nos surpreender, surge algo novo que nos surpreende ainda mais. A Diretoria e Coordenação da CPT, comprometidas com o povo da terra, das águas e das florestas, reiteradamente têm se expressado sobre como a impunidade alimenta cotidianamente a violência contra os trabalhadores e trabalhadoras do campo brasileiro e seus aliados”.

A condenação dos envolvidos no assassinato de Dorothy Stang é “uma exceção à regra”, segundo a Pastoral, possivelmente por ser estrangeira.

“Taradão foi o último a ser julgado e preso e agora vai voltar a gozar da liberdade enquanto muitos outros sem um crime claro aguardam encarcerados há anos o seu julgamento”.

Taradão cumpriu apenas três anos da sua pena, pois, por força de um habeas corpus concedido em 2012, permaneceu em liberdade até o ano passado. A defesa do condenado apelou então ao STF para que Regivaldo aguardasse em liberdade pelo julgamento em segunda instância, recurso que foi aceito pelo ministro Marco Aurélio.

“Vivemos a lamentável situação em que autoridades de diversas instâncias, tanto do Executivo, quanto do Legislativo e do Judiciário dão o suporte que esses latifundiários precisam para continuar impondo seus interesses sobre os povos e comunidades”, completou a CPT.

## Deputados de Santa Catarina aprovam moção contra nova lei dos agrotóxicos

Deputados de Santa Catarina aprovaram na terça-feira (15) moção contra o projeto em tramitação no Congresso Nacional que facilita o registro e a venda no Brasil de agrotóxicos proibidos em outros países.

“É uma proposta que significa retrocesso, que coloca em risco a segurança alimentar da população brasileira e a saúde dos agricultores. Querem permitir o registro de substâncias comprovadamente cancerígenas ou sem estudos profundos sobre os impactos na saúde humana. Estão tirando o caráter técnico-científico para privilegiar o interesse político e comercial das empresas multinacionais de agrotóxicos”, disse o relator da moção, deputado Dirceu Dresch.

O projeto de lei que propõe essa facilidade no registro de agrotóxicos no país, em tramitação na Câmara dos Deputados, tem gerado intensos debates sobre o tema nas últimas semanas. A bancada ruralista e os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estão a favor do projeto, que se aprovado, beneficiaria

financeiramente os interessados. Do outro lado estão o Ministério da Saúde e do Meio Ambiente, Ibama e Anvisa.

A proposta vai contra o controle mais rígido sobre a utilização das substâncias agrotóxicas na produção de alimentos. Vale lembrar que o Brasil lidera a lista de países que mais usam esses produtos.

“Além das implicações referentes à segurança alimentar, o projeto, se aprovado, pode impactar o meio ambiente e a economia agroexportadora”, avalia Pedro Luiz Côrtes, professor de pós-graduação em Ciência Ambiental do Instituto de Energia e Ambiente da USP.

A proposta será votada na Comissão Especial onde está tramitando já nas próximas semanas. Vinte dos 26 parlamentares encarregados da questão são da bancada ruralista. Depois, seguirá para votação no plenário da Câmara. Somente a pressão popular será capaz de barrar a aprovação deste plano de lei que promove o uso dessas substâncias prejudiciais à saúde.



Nova lei dos agrotóxicos deve ser votada esta semana



Organização Social IABAS foi um dos alvos da investigação do MP

## Ministério Público e Polícia Civil fazem operação contra fraudes de OSs no Rio

A Polícia Civil e o Ministério Público do Rio de Janeiro deflagraram na manhã desta segunda-feira (28) 27 mandados de busca e apreensão como parte das investigações do esquema milionário de desvio de dinheiro público na área da saúde na capital fluminense.

Contratos firmados entre 2014 e 2015 entre a Prefeitura do Rio e organizações sociais já bastante conhecidas por fraudes e licitações duvidosas, apontam para um esquema de corrupção e desvio de dinheiro público que pode colocar atrás das grades dez pessoas denunciadas por peculato (desvio de recurso público para benefício próprio) e organização criminosa.

O principal alvo é a diretoria da Fundação Bio-Rio e do Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde (IABAS). As duas organizações foram partes em contratos firmados com a Prefeitura no valor de R\$ 188,7 milhões que previam a execução de programas de capacitação de médicos em unidades

hospitalares, como cursos de pós-graduação em atenção básica e administração do sistema público. Os convênios não previam nenhum lucro ou receita para as entidades, que se denominam “sem fins lucrativos”. No entanto, os inquéritos apontam que as organizações embolsaram ilicitamente ao menos R\$ 6 milhões destinados ao programa.

O valor dos contratos eram depositados pelo Município na conta das OSs e depois eram repassados para as contas específicas de cada convênio. A manobra das entidades para embolsar dinheiro público, segundo o MP-RJ, consistia em re-depositar os recursos desviados para as contas das entidades cobradas como uma espécie de “taxa administrativa” pela gestão do programa para custeio próprio.

Além da denúncia criminal, os convênios já haviam sido alvos da ação civil por parte do MP-RJ e os seis contratos foram suspensos no ano passado pela Justiça. A ação foi baseada em dois inquéritos, que apontaram a prática de crimes contra a administração pública e atos de

improbidade com lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito.

### CONTRATOS

A Iabas possui diversos contratos milionários para a administração e gestão de programas em unidades hospitalares, UPAs e clínicas no Rio de Janeiro. Em São Paulo, administra 74 unidades e serviços, entre elas UBSS (Unidades Básicas de Saúde) e Caps (Centros de Atenção Psicossocial).

Já a Bio-Rio é responsável pela gestão do Polo Biotecnológico do Rio de Janeiro, localizado na Ilha do Fundão, terreno da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Lavagem de dinheiro e desvio de funcionalidade está no currículo criminal da organização, cujo presidente foi afastado e indiciado no ano passado, inclusive, pela compra de uma Land Rover com dinheiro público. A Bio-Rio participava como uma das gestoras do programa de capacitação de profissionais da Prefeitura com contratos que somavam R\$ 87,1 milhões do total.

# Greve conquista a redução do diesel e freia aumento abusivo



Luís Boudens, presidente da Fenapef

## Policiais Federais divulgam apoio aos caminhoneiros

A Federação Nacional dos Policiais Federais (FENAPEF) declarou todo o seu apoio à greve dos caminhoneiros, em nota divulgada neste domingo (27). Para a FENAPEF, a “luta dos caminhoneiros também representa a vontade de todos os brasileiros. Assim, a luta da categoria é a nossa luta”, destacou a entidade no documento.

Conforme a Federação, “com gratidão e reconhecimento ao movimento que iniciaram em 2017, as entidades representativas sindicais dos policiais federais manifestam seu apoio ao movimento dos caminhoneiros, ocasião em que reafirmam seu compromisso de defender o povo brasileiro e de jamais funcionar como polícia de governo ou um braço armado contra os manifestantes”, diz a nota assinada pela diretoria da Fenapef e do conselho de representantes.

No documento ainda, a entidade ressaltou a nota emitida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), de que o movimento exerce legítima pressão por mudanças na política de preços dos combustíveis pelo governo federal. “Como bem pontuou em nota o Claudio Lamacchia, presidente do Conselho Federal da OAB, a greve dos caminhoneiros é consequência do desconcerto geral do país, agravado pela política abusiva de preços dos combustíveis. As altas constantes têm prejudicado todo o sistema produtivo e o cotidiano dos cidadãos.”

## Para Cobap, ‘é essencial agora reduzir gasolina e gás de cozinha’

A Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (COBAP) publicou nota de apoio à greve dos caminhoneiros, comemorando a conquista da categoria. Para a entidade, “o presidente Michel Temer sofreu sua segunda maior derrota política em 2018, tendo que ceder à pressão dos caminhoneiros que paralisaram o Brasil nos últimos sete dias”.

“Nós aposentados aplaudimos de pé a batalha travada pelos irmãos caminhoneiros. Inspirados por essa luta árdua travada nas estradas, exigimos que o Governo Federal não permita que a inflação dispare ainda mais”, disse o presidente da Cobap, Warley Martins.

A entidade aponta que o recuo de Temer dá gás à luta dos trabalhadores de

tudo o país, mostrando que “com união e organização dos trabalhadores tudo é possível”.

Ainda assim, a Cobap lembra que as medidas anunciadas não favorecem diretamente os 200 milhões de brasileiros que esperavam uma significativa redução no valor da gasolina e do etanol.

“É evidente a importância da redução do diesel. Essencial seria baixar o preço dos demais combustíveis e gás de cozinha, que certamente desencadearia a queda dos alimentos nos mercados e em quase todos os setores. É isso que reivindicamos”, declarou Iburici Fernandes, presidente da Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas de Santa Catarina (FEAPESC).

## OAB: preços abusivos causa um desconcerto geral no país

O presidente nacional da OAB, Claudio Lamachia, afirmou na sexta-feira (25) à imprensa que a greve dos caminhoneiros é consequência do desconcerto geral do país, agravado pela política abusiva de preços dos combustíveis. As altas constantes têm prejudicado todo o sistema produtivo e o cotidiano dos cidadãos.

Para o presidente da OAB, “a adoção dessa política, sem levar em conta seus efeitos sociais, inviabilizou a atividade dos responsáveis pela quase totalidade do abastecimento no país”.

Ele ressaltou ainda que essa situação expõe ainda a precariedade da infraestrutura do país. “Há décadas, os seguidos governos, de diferentes matrizes ideológicas, se recusam a investir no desenvolvimento de outras formas de transporte”, justificou.

Lamacchia ponderou que neste momento, cabe às partes bom senso e temperança para que a sociedade não seja punida pelo desabastecimento.

“O direito à livre manifestação não comporta o sufocamento de outros direitos, como o de ir e vir e o de ter acesso à saúde, alimentação e segurança. Na mesma linha, deve o governo lidar com a situação de forma a não agravar a

tensão social nem as ofensas aos direitos fundamentais”, destacou.

O presidente pontuou também que “diante das graves consequências já em curso, impõe-se, por parte do governo, que vá além de um simples pedido de trégua aos grevistas ou que se valha tão somente de medidas repressivas. Desobstruir as estradas e normalizar o abastecimento é necessário, mas sem que a essência do protesto seja levada em conta, apenas aprofundará a crise”.

Lamacchia destacou ainda que é preciso que o governo encontre meios de economizar despesas, sem onerar ainda mais os contribuintes, que são atingidos por uma das mais altas cargas tributárias do mundo, sem que qualquer tipo de direito previsto na Constituição Federal seja devolvido a contento. Mais uma vez, a OAB se coloca a disposição para colaborar na busca por soluções”.

Ao finalizar sua manifestação, Lamachia alertou que “quem anda atrás dos vidros escurecidos dos carros oficiais e nos privilegiados voos da FAB, deve lembrar sempre que o combustível que o Estado lhe fornece gratuitamente sai do bolso do contribuinte, que paga muito caro por ele”.



No centro, Carlos Alberto Litti Dahmer, presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga de Ijuí, no Rio Grande do Sul, e vice-presidente da CGTB, durante negociação com o governo Temer



Ato de Vans escolares ocupou diversas vias da capital de SP nesta segunda

## Apoio de diversas categorias e da população marcou greve dos caminhoneiros pelo país

Com a imensa maioria da população apoiando a greve dos caminhoneiros, diversos atos e manifestações vêm ocorrendo de norte a sul do país.

Os motoristas de Vans escolares pararam a Avenida Paulista e também a 23 de Maio durante esta segunda-feira, 28, além da Marginal Tietê e a Avenida Jacu Pêssego, todas importantes avenidas da capital paulista.

Na sexta-feira, a categoria já tinha paralisado 90% das seis mil vans escolares, de acordo com Sindicato dos Trabalha-

dores em Empresas de Transporte Escolar de São Paulo (Sintteasp).

Em Santos, os estivadores organizaram um ato em solidariedade à manifestação dos transportadores. Na quinta-feira (24), o café da manhã dos caminhoneiros paralisados pelas estradas foi servido pela população de Santos.

Na capital de Tocantins, Palmas, moradores fizeram carreta em apoio à manifestação. A população doou alimentos e água para os manifestantes. Comerciantes fizeram até um churrasco para os

grevistas. Em várias cidades de Santa Catarina, como Balneário Camburiu, milhares de pessoas fizeram passeatas até os pontos de paralisação dos caminhoneiros. Em Nova Erechim, integrantes de um Centro de Tradições Gaúchas (CTG) foram a cavalo se manifestar.

De acordo com o jornal Correio do Povo, até o sábado (26) foram registrados atos em apoio às reivindicações dos caminhoneiros em mais de 30 cidades do Rio Grande do Sul.



P. Parente envia Carta aos petroleiros e pede “reflexão” sobre movimento

## ‘Pressão para reduzir preços é retrocesso’, diz Parente para impedir greve de petroleiros

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, enviou uma carta aos trabalhadores da estatal tentando convencê-los de que estão errados em prestar solidariedade à greve dos caminhoneiros e mais ainda em deliberar a paralisação da produção por 72 horas a partir da quarta-feira.

Ironicamente convidando os trabalhadores a uma cuidadosa “reflexão”, Parente deixa evidente que seus interesses não são compatíveis com o do povo brasileiro. Desde que assumiu a presidência da empresa mais importante do país, Parente somente aprofundou a política de submissão da mesma em relação ao cartel das multinacionais, pendurando

o preço dos combustíveis no dólar e no preço internacional do petróleo.

Na carta, ele diz: “Como a Petrobras e a sua força de trabalho podem melhor ajudar o Brasil neste momento? Não acreditamos que seja com paralisações e com pressões para redução de nossos preços. Em nosso entendimento, isso teria justamente o efeito contrário: seria um retrocesso em direção ao aumento do endividamento, prejudicando os consumidores, a própria empresa, e, em última instância, a sociedade brasileira”. Neste trecho, Parente assume considerar a redução do preços dos combustíveis um “retrocesso”, ao contrário

do que consideram todos os demais brasileiros, que vêem como retrocesso os preços do diesel subirem, desde que essa política foi implantada, ou seja, desde 3 de julho do ano passado, 59,32% e o da gasolina 58,76%, enquanto a inflação foi de 2,68%. Além disso, o preço do diesel está, em média, 39,9% acima dos preços internacionais.

Os funcionários da estatal declararam greve de três dias (72 horas) a partir da quarta-feira (30), pela saída de Pedro Parente da chefia da empresa, pelo fim das importações de derivados de petróleo e contra a política de preços de produtos nacionais atrelados ao mercado internacional.

## Caminhoneiros romperam a intransigência e conquistaram redução do preço do diesel

A greve dos caminhoneiros derrotou a intransigência do governo Temer, que publicou na manhã de segunda-feira (28/05), no Diário Oficial da União, a redução de R\$ 0,46 por litro do diesel nas bombas, o congelamento de qualquer reajuste pelos próximos 60 dias, e a garantia de que os reajustes ocorrerão apenas a cada mês.

A mobilização garantiu também reivindicações antigas da categoria: o estabelecimento de uma tabela mínima dos fretes e a isenção da cobrança de pedágio para eixo suspenso de caminhões vazios, em rodovias federais, estaduais e municipais.

Para Carlos Alberto Litti Dahmer, presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga de Ijuí, no Rio Grande do Sul, um dos líderes do movimento, a greve foi vitoriosa.

“Foi uma grande conquista”, afirmou Litti. “O movimento dos caminhoneiros sai vitorioso desse pleito. Pelo nosso ponto de vista, estamos defendendo a categoria, e o que o setor pediu está sendo atendido, é isso que importa. Mesmo com todas as dificuldades, a população esteve nos apoiando sempre, o que fortaleceu o movimento, que é justo”, disse o líder caminhoneiro, que é vice-presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).

As medidas foram publicadas por meio de Medidas Provisórias.

A primeira determina que 30% dos fretes da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) sejam feitos por caminhoneiros autônomos, contratados por meio de cooperativas, entidades sindicais ou associações.

A segunda medida instituiu a Política de Preços Mínimos do Transporte Rodoviário de Carga: o governo publicará duas

vezes por ano uma tabela de preço mínimo de frete por quilômetro, de acordo com o tipo de mercadoria transportada, com início nos próximos cinco dias. A tabela será publicada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a primeira delas com prazo até o dia 20 de janeiro de 2019.

A terceira MP prevê isenção de cobrança de pedágio para eixo suspenso de caminhões vazios, em rodovias federais, estaduais e municipais, inclusive as que foram concedidas à iniciativa privada.

Na avaliação da Abcam (Associação Brasileira dos Caminhoneiros), “o objetivo inicial foi atingido” e “até o final do dia (28) vai haver uma redução significativa de caminhoneiros parados nas rodovias”.

Essa não foi a primeira proposta do governo. Ainda na quinta-feira da semana passada, 24, o governo propôs a contenção de preços por apenas 15 dias. Na ocasião, Carlos Alberto Litti se recusou a aceitar, afirmando que se tratava de “um tiro no pé da categoria”.

Por se manifestar contra a proposta, o sindicalista foi expulso da reunião com o ministro Eliseu Padilha. O ministro ainda chegou a atacar o sindicalista em entrevista coletiva, afirmando que ele estava isolado na defesa da continuidade do movimento – mas a realidade mostrou que Litti tinha razão e o movimento apenas cresceu, garantindo o atendimento das reivindicações.

O presidente da União Nacional dos Caminhoneiros (Unicam), José Araújo Silva, o China, avalia que “prorrogar o aumento para 60 dias já é uma grande vantagem. Agora precisa bater com o governo outras metas. O ponto principal era o aumento do óleo diesel. Agora o governo já fez o pronunciamento e cabe às entidades fazerem a comunicação”.

## Política de Parente de atrelar preço do combustível ao dólar tem que mudar

O aumento no preço do diesel foi resultado da política aplicada por Pedro Parente, presidente da Petrobras, de pendurar o preço dos combustíveis no dólar e no preço internacional do petróleo, mantendo os preços internos sempre acima – e bem acima – dos preços externos. Somente entre 22 de abril e 22 de maio deste ano o preço do óleo diesel nas refinarias aumentou +18% e, nas bombas de combustíveis, +38,4%. A inflação, pelo IPCA, no mesmo período, que foi de apenas 30 dias, ficou em 0,066%.

Em seu anúncio na TV, Temer disse que a redução no preço do óleo diesel será feita sem “nenhum prejuízo para a Petrobras”. Segundo o líder da quadrilha do planalto, a “Petrobras recuperou-se nos últimos dois anos e

não é possível criar dificuldade operacional ou de recursos”. Ou seja, Temer acredita que essa política, cujo resultado concreto foi a maior crise de abastecimento da história do país, o completo repúdio por parte da população, para além da greve dos caminhoneiros, é uma “recuperação” da estatal.

Além disso, o governo fala agora em aumentar impostos para compensar a redução garantida pelos caminhoneiros. Ainda de acordo com Temer, “o governo está assumindo sacrifícios no Orçamento” – ou seja: vão tirar da saúde, educação, moradia e etc, para cobrir os combustíveis. Enquanto isso a política insana de Parente permanece – mas na corda bamba, ferida de morte pelo movimento dos caminhoneiros e o apoio que obteve no país.



Greve mobilizou categoria em todo o país

# A debacle da pseudo-esquerda e o renascer da humanidade (3)

Que a honra fosse o patrimônio da oposição – sobretudo daquelas tendências que poderiam ser classificadas como “esquerda”, no leque político – não era algo inédito, desde que os puritanos de Cromwell e os jacobinos de Robespierre, Saint-Just e Marat iniciaram a época das revoluções

CARLOS LOPES

Há muito, Marx, na “Crítica ao Programa de Gotha” – e Engels, em carta a August Bebel –, referiram-se a como eram conhecidos, então, os membros do seu partido na Alemanha: “os honrados” ou “os honestos”. Em 1875, a crítica deles é, exatamente, que, com suas concessões aos seguidores de Lassalle, para efetivar a fusão com estes, a cúpula do partido dentro da Alemanha deslustrava e mesmo desmoralizava esse nome (“os honestos viram-se, mais uma vez, cruelmente tapeados pelos desonestos”, diz Engels a Bebel, em carta de 28 de março de 1875).

Nessa época, o partido de Marx, Engels e outros revolucionários, na Alemanha, não era grande. Dois anos depois, com a aprovação pelo parlamento das primeiras leis “antissocialistas” de Bismarck (oficialmente: “leis contra o perigo da conduta socialista”), que fechou sindicatos e jornais em que tinha influência, a situação do partido era ainda pior.

Mas, o que Engels e Marx enfatizavam era que o partido operário tinha um patrimônio que, nenhum outro, dentro da Alemanha, tinha: a honra, a honradez. Foi esse patrimônio que lhe permitiu crescer, mesmo sob as leis de Bismarck – e depois de 1890, quando essas leis foram derogadas –, até que a cúpula social-democrata, em 1914 (pior ainda, em 1918), jogou fora esse patrimônio, quando jogou a si própria, se o leitor nos permite a expressão algo escatológica, na latrina da História.

## A LEI E A VIDA

Que a honra fosse o patrimônio da oposição – sobretudo daquelas tendências que poderiam ser classificadas como “esquerda”, no leque político – não era algo inédito, desde que os puritanos de Cromwell e os jacobinos de Robespierre, Saint-Just e Marat iniciaram a época das revoluções.

São óbvias as conotações da palavra “puritano”, na Inglaterra do século XVII, por comparação à monarquia perulária, suntuária e estúpida dos Stuart – Carlos I e seu ministro, o duque de Buckingham (apesar de esboçar um retrato simpático deste último, para contrastar com seu vilão, o duque e cardeal de Richelieu, Alexandre Dumas, em um trecho de “Os Três Mosqueteiros”, está sendo fiel aos fatos quando mostra Buckingham coberto de joias, diante da multidão – aquele povo que morria em suas guerras ruinosas ou por fome em um país arruinado).

Quando não, o receptor de propina. Até mesmo a alegação de que “a perseguição é seletiva”, admite, implicitamente, que não há problema em roubar, em receber propina. O problema está naqueles que, supostamente, investigam só a propina que os petistas receberam...

Na verdade, as reclamações lulistas de que a PF, os procuradores, o juiz Moro (ou o juiz Bretas ou o juiz Vallisney) querem “criminalizar” a política, são queixas contra aqueles que consideram o suborno, a propina – em política ou em qualquer outra atividade –, um crime comum, previsto pelo Código Penal em seus artigos 317 e 333.

Então, apesar de achar muito normais, em política, as transgressões ao Código Penal, Lula não aceita que elas sejam “regulamentadas” pelo mesmo Código – ou seja, não aceita a condenação e a prisão por seus crimes. Aceita e acha obrigatório praticá-los, mas não aceita as suas consequências penais.

Logo, sua concepção de “política” envolve, necessariamente, uma zona de ilegalidade, uma zona criminosa, que torna-se a principal zona da política.

Não se trata, obviamente, de uma ruptura com a ordem legal ou institucional, tal como aconteceu, desde o século XVII, nas revoluções que mudaram o mundo.

Pelo contrário, na concepção lulista, a ilegalidade e o crime permanentes contra o povo (o assalto à Petrobrás e aos fundos de pensão, por exemplo) existem para eternizar o *status quo* de dependência, de subordinação ao imperialismo, de servidão aos monopólios financeiros, sobretudo externos, e aos candidatos

(e deve ser) a regra.

O problema dos procuradores, da PF, do juiz Moro e seus colegas – e, provavelmente, nosso – é que não conseguimos compreender como é que se faz política...

Como é óbvio, não existe muita dificuldade – aliás, não existe dificuldade alguma – em “compreender” essa espécie de política, mais regulamentada pelo Código Penal que pelo Código Eleitoral.

Por isso, os operadores e receptores de propina se transformaram em heróis petistas ou lulistas, saudados como mártires pelo Congresso Nacional do PT – e não estamos falando de Lula, mas de Vaccari e de Dirceu.

Até o **tucano** Eduardo Azeredo, cuja impunidade durou **20 anos** (desde 1998, quando cometeu os crimes pelos quais foi condenado), tornou-se, agora, na propaganda lulista, um “injustiçado”. Simplesmente porque Azeredo foi, finalmente, preso por roubar dinheiro público, dinheiro que pertencia ao povo de Minas Gerais.

Mesmo a mais ingênua das velhinhas de Taubaté inscritas no PT, daquelas que jamais veem provas contra Lula – porque “são todas falsas, e a prova de que as provas contra Lula são falsas, é que são contra Lula”, não se atreve a dizer a mesma coisa de Vaccari ou Dirceu (ou Palocci ou Azeredo). Tanto assim que foi por algumas dessas velhinhas de Taubaté petistas, que ouvimos falar, pela primeira vez, da atividade corrupta de Vaccari, Dirceu e Palocci.

Mesmo assim, Vaccari e Dirceu viraram heróis dentro do PT – e, se não tivesse se decidido a confessar, Palocci também estaria nesse Olimpo subterrâneo (ou, melhor, excrementício) da corrupção. Somente falta que Azeredo seja saudado no próximo Congresso do PT como mais um “perseguido político”. O problema é que isso desmonta a propaganda (há quem chame isso de “narrativa”, mas essa palavra é demasiado ilustre para o caso) de que a “perseguição” é “seletiva”, para culpar ou “criminalizar” Lula e o PT.

Mas que conclusão se pode tirar disso tudo, senão que o típico herói petista é o operador de propina?

Quando não, o receptor de propina. Até mesmo a alegação de que “a perseguição é seletiva”, admite, implicitamente, que não há problema em roubar, em receber propina. O problema está naqueles que, supostamente, investigam só a propina que os petistas receberam...

Logo, sua concepção de “política” envolve, necessariamente, uma zona de ilegalidade, uma zona criminosa, que torna-se a principal zona da política.

Não se trata, obviamente, de uma ruptura com a ordem legal ou institucional, tal como aconteceu, desde o século XVII, nas revoluções que mudaram o mundo.

Pelo contrário, na concepção lulista, a ilegalidade e o crime permanentes contra o povo (o assalto à Petrobrás e aos fundos de pensão, por exemplo) existem para eternizar o *status quo* de dependência, de subordinação ao imperialismo, de servidão aos monopólios financeiros, sobretudo externos, e aos candidatos



## Início da Revolução

Francesa: a 20 de junho de 1789, os membros do “terceiro estado” juram permanecer em assembleia até a aprovação de uma Constituição (tela de Jacques-Louis David)

internos a monopólios (Odebrecht, JBS & suas “irmãs”), além de alguns puros picaretas, por exemplo, o sr. Eike Batista e suas empresas “não operacionais”.

Portanto, a corrupção existe para manter miserável o povo brasileiro e para manter o país atrasado – no máximo, ao modo do santificado guru do neoliberalismo, Milton Friedman, concede-se alguma esmola “compensatória” (um Bolsa-família, por exemplo), para evitar uma explosão dessa desgraça e cevar alguns currais eleitorais (o que é, mais ou menos, a mesma coisa).

## AS TÁBUAS

O leitor poderá pensar, diante do que já dissemos, que, na verdade, é pouco importante o que um ladrão aceita ou deixa de aceitar – contanto que esteja na cadeia. No entanto, a questão, aqui, é exatamente o desmoronamento ético de determinadas tendências políticas – no Brasil e em outros países.

Pois, desde que Moisés desceu do Monte Sinai com as tábuas da lei – supostamente recebidas de Deus –, o famoso sétimo Mandamento, **não roubar**, tornou-se um princípio ético universal. Provavelmente, já era, mesmo antes de Moisés – embora, existem alguns trechos de poemas antigos, mais antigos que o decálogo do Monte Sinai, que mostram certa dificuldade em absorver essa noção. Posteriormente, o **Alcorão**, em sua Segunda Surata, subscreeveu os Dez Mandamentos, com a observação – aliás, bíblica – de que o “mensageiro de Deus” [Moisés] não foi bem recebido pelos adoradores do bezerro de ouro, quando voltou com as tábuas da lei (v. a bela tradução do **Alcorão** por Mansour Challita, pp. 3-26).

Não se trata, como alguns quiseram ver no sétimo Mandamento (“não roubarás”), de uma defesa da propriedade em geral, ou, especificamente, da propriedade privada. O roubo não toca na propriedade, não é uma contestação à propriedade. Pelo contrário, é uma apropriação – uma passagem, por meio criminoso, da propriedade privada de alguém para a propriedade privada de outro alguém.

Ou, pior ainda, no caso que estamos examinando, o **roubo é a passagem da propriedade pública – da propriedade coletiva, da propriedade social, da propriedade que é de todos – para a propriedade privada do ladrão.**

Portanto, não há motivo para achar que as proibições em relação ao roubo são conservadoras em relação à propriedade.

Este não é, para nós, um tema periférico. Não apenas porque se estabeleceu uma lastimável confusão entre certo lumpesinato, cuja ação política e social limita-se à invasão de determinadas propriedades, e a política nacional, popular, **estatal**, que é característica dos trabalhadores e outras forças **nacionais**.

Não apenas por isso, mas porque essa questão diz, diretamente, respeito ao nosso tema – a decadência ética e a traição de certos indivíduos e tendências – nos estenderemos um pouco sobre ela.

## OS DIREITOS

Durante a Revolução Francesa, há bem mais de 200 anos, Robespierre – e também Saint-Just, assim como Marat – consideraram que a propriedade não era um direito natural, mas uma concessão da lei. Não era a Natureza, mas a Lei, que determinava,

na concepção dos revolucionários franceses do século XVIII, a existência do direito à propriedade.

Por isso, na discussão sobre a Declaração de Direitos do Homem, Robespierre propôs incluir, como artigos subsidiários:

“**Art. 5.** A lei não pode defender aquilo que é prejudicial à sociedade; ela não pode ordenar senão aquilo que é útil.

“**Art. 6.** Toda lei que viola os direitos imprescritíveis do homem é essencialmente injusta e tirânica: não é uma lei.

“**Art. 7.** A propriedade é o direito que tem cada cidadão de usufruir e dispor da porção de bens que lhe é garantida pela lei.

“**Art. 8.** O direito de propriedade é limitado, como todos os outros, pela obrigação de respeitar os direitos de outrem.

“**Art. 9.** Ele [o direito de propriedade] não pode prejudicar nem a segurança, nem a liberdade, nem a existência, nem a propriedade de nossos semelhantes.

“**Art. 10.** Toda posse, todo comércio que viola este princípio, é, essencialmente, ilícito e imoral” (cf. M. Robespierre, “Discours sur la Déclaration des Droits de L’Homme et du Citoyen”, 24 avril 1793, in “Discours et Rapports de Robespierre”, Charpentier et Fasquelle, Paris, 1908, p. 251).

Aquela era uma revolução **burguesa** – a mais famosa, memorável e ilustre delas – cujo conteúdo econômico era o derrocamento da propriedade feudal, mas para instalar, em seu lugar, ou como principais, outras relações de **propriedade**, as relações de propriedade **burguesas**.

Tratava-se, em um determinado grau, da democratização da propriedade, então submetida, na maior parte e medida, ao monopólio da classe dominante no feudalismo.

O que, na época, era um passo gigantesco para a Humanidade.

Mesmo assim, seu líder diz, anteveendo uma possível – e indesejável – substituição do monopólio feudal da propriedade por um monopólio burguês da propriedade:

“A primeira lei social é, portanto, aquela que garante a todos os membros da sociedade os meios de existir; todas as outras estão subordinadas a esta; a propriedade só foi instituída e garantida para cimentá-la; é para viver, em primeiro lugar, que se tem propriedades. Não é verdade, jamais, que a propriedade possa estar em oposição à subsistência dos homens” (cf. Robespierre, “Sur les subsistances”, 2 décembre 1792, in **Oeuvres de Maximilien Robespierre**, Tome IX, PUF, Paris, 1957, p. 112).

Um ano antes, ao examinar, na Convenção Nacional, o direito de herança, o líder da Revolução Francesa identifica, corretamente, a origem da subordinação e da suserania políticas – isto é, da tirania:

“A excessiva desigualdade das fortunas é a fonte da desigualdade política, da destruição da liberdade. Desse princípio segue que as leis devem sempre tender a reduzir essa desigualdade” (Robespierre, “Discours sur le droit de tester”, 5 avril 1791, in **Oeuvres de Robespierre recueillies et anotées par A. Vermorel**, F. Cournot, Paris, 1866, p. 183).

## GÊNESE

O que temos aqui formulada é uma determinada ética, totalmente dentro dos limites do Direito burguês, expressando uma determinada base econômica – **mas é uma ética.**

O ponto de partida dessa ética

no capitalismo imperialista mais decadente.

Vejamos, então, o ponto de partida – digamos assim – dessa ética.

Tomemos, ao invés de um tratado filosófico, uma obra popular, o “**Almanaque do Pobre Ricardo**”, de Benjamin Franklin, que contém os textos de maior leitura nos EUA, após a Bíblia, entre 1732 e 1758 – o período, digamos assim, de “preparação” para a Revolução Americana, da qual Franklin foi um dos “pais fundadores”.

Segundo disse Benjamin Franklin em sua “**Autobiografia**”, o “**Almanaque do Pobre Ricardo**”, nos 26 anos em que foi publicado, tinha uma **vendagem** (não apenas tiragem, mas vendagem) de 10 mil exemplares anuais – sendo lido, inclusive, na Inglaterra e na França – no **século XVIII**.

Eis aqui alguns dos famosos provérbios, divulgados por Franklin, que não era um provinciano estreito, em seu almanaque: “**Deus ajuda a quem a si mesmo ajuda**”.

“**Um tostão poupado é um tostão ganho**”.

“**Tempo é dinheiro**”.

“**Não vigiar os operários é pôr a bolsa à sua disposição**”.

“**Conservai a vossa loja, e ela vos conservará**”.

“**A raposa que dorme muito não apanha galinhas**”.

“**Apregunha anda tão devagar que a pobreza logo a apanha**”.

“**O ociosidade é semelhante à ferrugem, que consome muito mais que o uso e o trabalho: a chave de que se usa muito está sempre brilhando**”.

“**O prazer corre atrás daqueles que fogem dele**”.

“**A fome olha para a porta do homem laborioso, mas não se atreve a entrar**”.

“**O trabalho não tem necessidade de desejos. Quem vive de esperança expõe-se ao perigo de morrer de fome: não há proveito sem custo**”.

“**Vale mais um hoje do que dois amanhã**”.

“**Deitar e levantar cedo dá saúde, contentamento e dinheiro**”.

“**Um ofício vale tanto quanto um fundo em terras; uma profissão é um emprego que une honra e proveito**”.

“**Empregai bem o vosso tempo se quereis merecer o descanso, e não desperdiceis uma hora porque não podeis dispor de um minuto**”.

“**Quanto mais gorda é a cozinha mais magro é o testamento**”.

“**Se as Índias não enriqueceram os espanhóis é porque as suas despesas foram maiores que os lucros**”.

“**O vinho, as mulheres, o jogo, e a má fé, diminuem os haveres e aumentam as necessidades**”.

“**Custa mais sustentar um vício do que educar dois filhos**”.

“**É mais fácil reprimir a primeira fantasia do que satisfazer a todas as que vêm depois**”.

“**Acautelai-vos das pequenas despesas. Basta um leve rombo para fazer soçobrar um navio**”.

“**A mesa lauta muitas vezes conduz à pobreza**”.

“**Os loucos dão os banquetes, e os sábios os aceitam**”.

“**Se hoje compras o superfluo, amanhã terás de vender o necessário**”.

“**De cem pessoas indigentes, há uma que seja verdadeiramente necessitada**”.

Benjamin Franklin, na edição de 1757 do “Almanaque”, sintetizou o conteúdo do que publicava da seguinte maneira:

“... o caminho da riqueza é tão claro quanto o caminho do mercado, é só desejá-lo. Dependendo principalmente de duas palavras, indústria e frugalidade; isto é, não perder tempo nem dinheiro, e sim fazer o melhor com os dois. Sem indústria e frugalidade nada acontece, e com elas tudo. Aquela que recebe tudo que pode honestamente e guarda tudo que recebe (exceto despesas desnecessárias), certamente se tornará rico, se aquele que governa o mundo, a quem todos devem procurar uma bênção aos seus esforços honestos, não leva, em sua sábia providência” (cit. por Tâmara Regina Reis Sales, “Contribuições do Almanaque do Pobre Ricardo para a história da educação brasileira”, XXVII Simpósio Nacional de História, Natal, julho/2013).

Continua na próxima edição

# 'Maré Popular' contra Macron leva às ruas 280 mil na França



Premiê Rajoy: não sei quem é "M. Rajoy"

## Réus da Lava Jato espanhola pegam 351 anos de cadeia

A Justiça espanhola condenou na quinta-feira passada (24) 29 dos 37 acusados pelo esquema de corrupção e financiamento ilegal do "caso Gürtel", esquema de corrupção similar ao da Lava Jato, a um total de 351 anos de prisão. Como ficou fartamente comprovado, governantes e lideranças partidárias do Partido Popular - do atual premiê Mariano Rajoy - eram subornados por empresários para adulterar contratos públicos, o que provocou um rombo de mais de 123,7 milhões de euros aos cofres públicos entre 2000 e 2008.

Encabeçam a lista da Lava Jato espanhola o ex-tesoureiro do PP, Luís Bárcenas (33 anos de prisão e 44 milhões de euros de multa), o empresário corruptor Francisco Correa, cujo apelido traduzido para alemão - Gürtel - deu o nome à operação policial (51 anos de prisão), o ex-secretário de Organização do PP galego, Pablo Crespo (27 anos e meio de prisão), os ex-autarcas de Majadahonda, Guillermo Ortega (31 anos de prisão) e de Pozuelo, Jesús Sepúlveda (marido da ex-ministra da Saúde Ana Mato, condenado a 14 anos de prisão), e o ex-membro do governo regional de Madri, Alberto López Viejo (31 anos).

De acordo com os juizes, há provas "esmagadoras" de que o Partido Popular teve um lucro milionário com a rede de corrupção que montou. Diante do assalto, a Justiça impôs à sigla o pagamento de 245 mil euros em multas.

Entre as autoridades beneficiadas está a ex-ministra Ana Mato, que recebeu das empresas de Correa um sem número de presentes, viagens e até mesmo o pagamento de festas de aniversários e de cerimônias da primeira comunhão dos filhos. Pelas benesses recebidas, a ex-ministra foi multada em 28 mil euros.

A partir da descoberta do "caso Gürtel", a Justiça começa a desvendar - e destapar - um imenso submundo de propinas e financiamentos ilícitos envolvendo o PP, que se desdobram agora em inúmeras investigações autônomas. Salta aos olhos a "caixa B" do partido, que coloca o tesoureiro Bárcenas no olho do furacão. As contas do dirigente do PP na Suíça chegaram a somar 48 milhões de euros em 2007.

Conforme a imprensa espanhola, Bárcenas poderia fazer uma delação emergencial para tentar reduzir os 15 anos de prisão decretados para a sua mulher, Rosaria Iglesias. A Justiça quer que o tesoureiro explique quem é o "M. Rajoy" apontado com todas as letras nos seus cadernos como um dos beneficiários do esquema.

Primeiro-ministro e líder do PP, Mariano Rajoy chegou a depor como testemunha no julgamento do "caso Gürtel" e desconversou, dizendo que o partido nunca tinha recebido dinheiro de empresários. Para M. Rajoy, os crimes correspondem a "casos isolados" no seu partido e ocorreram "há muito tempo". Sem qualquer constrangimento, o PP anunciou que recorrerá da decisão.

O Partido Socialista Espanhol (PSOE) apresentou uma moção - com o apoio do Podemos - de censura contra Rajoy. L.W.S.



Africanos em busca de refúgio na Europa

## Migrantes mortos no Mediterrâneo em 5 meses superam o ano de 2017

Em apenas cinco meses, o número de refugiados mortos vindos do norte da África e do Sul do Saara na tentativa de atravessar o mar Mediterrâneo e chegar à Europa já ultrapassa os 3.139 registrados em todo ano passado. Os dados divulgados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) estampam a necessidade de ações imediatas para enfrentar o crescimento do tráfico humano frente ao agravamento da crise.

Somente no final de semana, alertou a ACNUR, a Marinha espanhola resgatou

476 migrantes de traficantes de pessoas que utilizaram 15 pequenos barcos, sem as mínimas condições de segurança.

"A ação do governo é mais urgentemente necessária do que nunca e precisamos ter a infraestrutura adequada para receber, registrar e identificar essas pessoas. Todas as organizações que estão trabalhando nessa situação estão sobrecarregadas", declarou a porta-voz da ACNUR-Espanha, Maria Jesús Veja.

Pelas estatísticas oficiais, desde 2014 mais de 15 mil pessoas morreram afogadas na travessia desde a África.



80 mil em Paris, 65 mil em Marselha: "A França não está à venda!" e "Stop Macron!"

## Líderes coreanos Kim e Moon fazem nova reunião e reforçam cúpula de 12 de Junho

Reunião de surpresa entre os presidentes Kim Jong Un (norte) e Moon Jae-in (sul) no sábado (26) decidiu que as duas partes da Coreia realizarão na próxima sexta-feira (1º de junho) conversações alto nível e reiterou a "firme vontade" do norte de realizar a cúpula com os EUA que chegou a ser desmarcada, mas cuja realização, após a resposta serena de Pyongyang a Trump, está de volta à ordem do dia.

Foi o segundo encontro entre Kim e Moon em um mês, com os dois trocando um forte abraço cuja imagem correu mundo. Realizada na Casa da Paz em Panmunjon, na zona desmilitarizada na divisa comum, a reunião avançou ainda mais na reconciliação intercoreana ao definir que, daqui para a frente, os dois líderes irão se encontrar frequentemente. A decisão é marchar adiante na busca da assinatura da paz definitiva e na desnuclearização da península. A Coreia é uma nação com cinco mil anos de história, que ficou dividida pela ocupação dos EUA no sul, após décadas de resistência à anexação forçada ao Japão e libertação em agosto de 1945.

De acordo com a agência de notícias KCNA, Kim agradeceu a Moon "pelo grande empenho realizado por ele para que se celebre a cúpula Coreia do Norte-Estados Unidos programada para 12 de junho em Cingapura". O líder do sul, por sua vez, disse a Kim

esperar que a história de confrontação seja encerrada pela cúpula com Trump.

O porta-voz da Casa Azul - o palácio de governo do sul - revelou que a principal discussão no encontro foi "como fazer a cúpula Coreia do Norte-EUA bem sucedida e sobre como implementar a declaração de um tratado de paz", que ponha fim formalmente ao estado de guerra vigente desde os anos 1950 e substitua o armistício 'provisório' que já dura 70 anos.

### COREIA-EUA

A cúpula Coreia do Norte-EUA chegou a ser desmarcada na quinta-feira por Trump, após Pyongyang reagir a declarações provocativas feitas pelo conselheiro de segurança nacional, o belicista, John Bolton, e pelo vice-presidente Mike Pence, o primeiro, sobre que o "modelo de desnuclearização" seria o "lívio"; o segundo, que se Kim não assinasse, aí que teria o destino da Líbia. Para piorar, no exercício militar anual no sul Max Thunder, algum débil mental do Pentágono teve a ideia de enviar bombardeiros estratégicos nucleares B-52.

Como se sabe, a Líbia assinou com os EUA acordo de fechamento do programa nuclear na época da invasão do Iraque, mas foi traída em 2011, sendo bombardeada, seu líder assassinado e o país está em caos e ruína

até hoje, questão bastante debatida em Pyongyang.

Assim, não era a Coreia que estava sendo "hostil" - como Trump inclusive alegou - ao recusar a chantagem, que era uma evidente provocação por parte daqueles em Washington que não querem a cúpula. Pelo seu lado, a Coreia Popular (norte) seguiu cumprindo o que prometera e, horas antes do recuo de Trump da cúpula, havia destruído seu único polígono de testes nucleares. Diante da carta de Trump, Pyongyang manifestou sua disposição de discutir todas as questões com Trump, "cara a cara, a qualquer momento e em qualquer lugar". A declaração norte-coreana também reconhecia o mérito de Trump em ser o primeiro presidente norte-americano na história a se propor publicamente a realizar uma cúpula com a Coreia Popular.

Trump replicou, dizendo que a cúpula ainda poderia vir a se realizar, inclusive até mesmo na mesma data e local. "Nós estamos falando com eles agora. Eles querem muito fazê-la. Nós gostaríamos de fazê-la", disse na sexta-feira na Casa Branca a jornalista. Evolução que recebeu o apoio de China, Rússia, França e da ONU. No fim de semana, representantes norte-americanos e norte-coreanos se reuniram em Panmunjon pela retomada da cúpula Kim-Trump.

## Rússia e Turquia concluem acordo para construção do gasoduto Turkish Stream

Os governos da Turquia e Rússia chegaram a um acordo sobre a construção do gasoduto Turkish Stream, que cruzará o mar Negro até chegar à Europa passando pelo território turco. O acordo foi firmado no sábado (26) entre a estatal e maior empresa russa, a Gazprom, e a estatal turca do setor de energia, a BOTAS.

Ao comentar o acordo, o ministro de Energia e Recursos Naturais da Turquia, Berat Albayrak, afirmou que seu país vai "concluir a segunda linha do projeto Turkish Stream até o final de 2019". Sobre o início das obras, o ministro disse que

a construção deve começar "antes do final do ano". Para Albayrak, são projetos como este que fazem da "Turquia o único país do mundo onde oito dutos internacionais se cruzam", fazendo de seu país "um centro de petróleo e gás".

A viabilização do acordo se deu após a resolução de um impasse envolvendo os preços do gás natural entre os anos de 2015 e 2016, conforme afirmou o ministro turco. "Chegamos a um acordo sobre o processo de arbitragem que estávamos executando com a Rússia. Acertamos um desconto de 10,25% sobre o preço

do gás natural para os anos de 2015 e 2016. Não haverá arbitragem, descartamos essa possibilidade, pois obtivemos o desconto. Cerca de um bilhão de dólares serão entregues ao Tesouro do país".

A construção será realizada por uma joint venture firmada entre a Gazprom e a BOTAS, denominada TurkAkim Gaz Tasima. O projeto será constituído por duas linhas de gasodutos, uma destinada aos consumidores turcos e a segunda que conduzirá o gás russo aos países do sul e sudoeste da Europa.

## Governo inglês mantém imigrantes presos ilegalmente

O governo inglês está mantendo diversos imigrantes encarcerados ilegalmente e em violação as determinações da justiça, conforme denunciou o escritório de advogados Duncan Lewis Solicitors.

"O que estamos descobrindo é que o Ministério do Interior não está fornecendo acomodação aos imigrantes", afirmou Toufique Hossain, advogado e diretor do escritório. "Os juizes de imigração decidem que todas as condições necessárias para a libertação dos imigrantes estão acertadas e determinam

que o Ministério do Interior também providencie a acomodação, mas não estamos vendo nada ser feito para isso acontecer".

Para Hossain, as ordens de liberdade só podem ser obtidas se os imigrantes "tiverem a sorte de conseguir um advogado decente que dê entrada em um processo por detenção ilegal, obtendo assim uma ordem do tribunal superior dizendo que o Ministério do Interior deve providenciar a soltura e acomodação dentro de um determinado período de tempo". Porém, como tais

determinações são raramente atendidas, só por um "milagre" os imigrantes deixarão os centros de detenção.

"Eles não estão priorizando essas determinações da justiça porque são relacionadas a imigrantes e, obviamente, obter acomodação custa dinheiro. Ao invés de fornecer acomodação, preferem gastar esses recursos deixando os refugiados definharem nas detenções. Dessa forma, causam um dano inexplicável a essas pessoas que têm o direito legítimo de serem libertados".

Manifestação do sábado (26) reuniu sindicatos, estudantes, sem-teto, advogados, entidades populares e partidos em repúdio ao governo neoliberal de Macron e se espalhou por 190 cidades

Aos brados de "Stop Macron" e "A França não está à venda", 280 mil pessoas foram às ruas por toda a França na "Maré Popular" em repúdio ao presidente de ares monárquicos e seu governo neoliberal e subserviente a Berlim e Washington. Em Paris, 80 mil se manifestaram, partindo da Gare de l'Est - em solidariedade aos grevistas ferroviários - até a Praça da Bastilha. Foram 65 mil em Marselha. Os protestos se estenderam a 190 cidades, entre as quais Toulouse, Lyon, Nantes, Caen, Rennes, Nice, Montpellier e Estrasburgo.

A manifestação congregou sindicatos, estudantes, entidades populares, a ATTAC (aliança antiglobalização), movimentos de sem-teto e dos subúrbios, advogados - que repelem a 'reforma da justiça de Macron', partidos de oposição (França Insucessista, comunistas, ecologistas e 'anticapitalistas') e dois candidatos a presidente nas últimas eleições, Jean-Luc Mélenchon (FI) e Benit Hammond (socialista), na mobilização de maior amplitude e diversidade dos últimos anos - com oitenta organizações convocando.

O "Stop Macron" - com o pare em língua inglesa - em uma manifestação de franceses por si só já funciona como um índice da rejeição que se aprofunda no seio do povo e extravasa nas ruas. A "Maré Popular" juntou num cadinho só as indignações que varrem a França diante do presidente que se elegeu, sob o coro hipócrita de 'Le Pen vem aí', se dizendo "nem de esquerda, nem de direita", mas agora é quase unanimemente conhecido como "o presidente dos ricos".

### FERROVIÁRIOS

São ferroviários em luta contra a privatização da estatal das ferrovias e a precarização da função e salários. Aposentados contra o desconto extra (1,7%) nas pensões em vigor desde outubro passado. Os estudantes que ocupam universidades contra a 'reforma do ensino' de Macron. Enfermeiras e médicos contra os cortes na saúde. Servidores públicos contra o congelamento de salários e a tesoura em 120 mil anunciada. O pessoal da Air France que barrou a privatização dos aeroportos. Os empregados do Carrefour sob risco de demissão em massa. Os trabalhadores em geral que tiveram rasgado seu código do Trabalho em favor do "acordado" (sob ditame do patrão) acima do legislado e do acordo coletivo. Também os moradores dos segregados subúrbios, entupidos de imigrantes e refugiados, que volta e meia ardem.

O presidente que tanto se enterneceu na Casa Branca diante de Trump e que rorona para Merkel, também sabe ser duro. "Aqueles que querem bloquear o país não terão sucesso. Nenhuma desordem vai me parar", asseverou, sobre a "Maré". Declaração que levou o secretário-geral da CGT, a principal central, Philippe Martinez, a lembrar o nome de Juppé, o primeiro-ministro que nos anos 1990 caiu ruidosamente do cavalo depois de tentar passar o trator por cima dos ferroviários franceses.

Martinez também denunciou que no governo Macron "dão-se presentes para os muito ricos, convida-se para o Eliseu (o Palácio presidencial) diretores-executivos de empresas que não pagam seus impostos e, em paralelo, congelam os salários dos servidores públicos, aplicam o CGS (desconto da pensão recebida) aos aposentados". Os protestos demonstravam ânimo elevado, com participantes marchando e batendo tambores, es-

paço aberto para quem quisesse chegar e exibição de cartazes feitos à mão muito criativos - como um que ironizava o slogan de Macron de 'tornar nosso planeta grande novamente', e citava austeridade, bombardeio da Síria, destruição do serviço público e 'pesticidas para todos'.

Para nós, advogados, esta manifestação é sobre "como conceber a justiça e o acesso aos direitos", afirmou Rachel Saada, da ordem de advogados de Paris e do Sindicato de Advogados da França. É que a fúria por retrocessos de Macron também se voltou contra a justiça. "Estamos mais determinados do que nunca a continuar", afirmou em nome da Attac Aurélie Trouvé, conclamando a derrotar Macron e sua pretensão de submeter a França "aos cânones do ultraliberalismo".

Dorothee Avet, da Federação de Pais, assinalou que "o rolo compressor das reformas torna essencial que todas as organizações progressistas se unam". Contra o "golpe de estado social" se ergue a convocação pela "igualdade, justiça social e solidariedade". Como denunciou Mélenchon, o projeto de Macron "é de uma brutalidade social sem precedentes".

Na verdade, seu programa é cortar impostos dos muito ricos e podar salários e direitos de quase todos. Relatório recente da Bloomberg revelou que os bilionários franceses são os que aumentaram sua riqueza à taxa mais elevada no mundo desde o início de 2018, 12,2%.

Se o repúdio a Macron não para de crescer, em compensação o Rothschild-boy já foi coroado pela revista Forbes como "líder dos mercados livres", após declarar que suas escolhas - suas? - são determinadas pelos interesses dos "investidores". Na entrevista à Forbes, Macron repaginou o "não há alternativa" de Margaret Thatcher, com o "não há outra escolha". Essa é sua mensagem também para os ferroviários, os aposentados, os trabalhadores em geral, os estudantes. Deixem a "governança", a "gestão" com ele que ele garante que, entupindo de dinheiro os bancos e flexibilizando direitos e salários, vai escorrer riqueza para baixo e alcançar os agora desempregados.

O que explica outro cartaz que repercutiu muito nas redes sociais, em que um Macron, trajado com um uniforme que qualquer francês reconheceria como de nazista, exibe uma braçadeira com a palavra Medef - a federação patronal cujo grande sonho é, nas palavras de seu vice em 2007, Denis Kessler, o fim "do compromisso entre gaullistas e comunistas" de 1945, a Secu, a seguridade social.

Acrescenta com destaque o cartaz, ironizando o lema de campanha de Macron e seu estelionato eleitoral: "não sou de esquerda, não sou de direita, sou de extrema-direita".

Um cabo eleitoral de Macron, sentindo a cutucada, clamou pelo Twitter: "até onde vai a indecência, o ódio e a estupidez?" Pergunta curiosa para um país que inventou a guilhotina e comemora sua data nacional no dia da queda da Bastilha. (Aliás, Macron diz que a guilhotina do pescoço de Luis XVI deixou a França sem alma...) Antes da "Maré Popular", a "Festa para Macron" tinha trazido o povo de volta às praças e ruas e fortalecido as lutas dos ferroviários, estudantes e aposentados. A maré está subindo e Macron que se cuide.

ANTONIO PIMENTA

# A desafiadora paixão de “Anna Karenina” chega ao Brasil na nova versão do Mosfilm

Shakhnazarov dirigiu a mais nova adaptação para o cinema do romance de Liev Tolstói

A estreia da mais nova adaptação cinematográfica de uma das histórias de amor, paixão e tragédia mais conhecidas, a “Anna Karenina”, do escritor Liev Tolstói, produzida pelo Estúdio Mosfilm, acontecerá no próximo dia 7 de junho em cinemas de várias capitais do Brasil.

Para o lançamento do filme, o seu diretor, Karen Shakhnazarov, virá ao Brasil a convite do CPC-UMES Filmes e participará da pré-estreia, de eventos com cineastas, produtores, atores locais, e com a imprensa nos dias 05 e 06 de junho.

Além de divulgar o mais recente trabalho, em que assina a direção, o roteiro e a produção, o também Diretor Geral do Mosfilm, compartilhará sua experiência de vinte anos à frente do atualmente maior estúdio de cinema e produção audiovisual da Rússia e da Europa, em encontro que contará com a mediação do cineasta brasileiro, Sergio Muniz.

O longa se situa no início do século 20, durante

a guerra russo-japonesa (1904-1905), que reúne no mesmo lugar os dois homens mais importantes da vida de Anna, seu filho Serguey e seu amante Vronsky, num encontro que não existe no romance, a partir do qual a história de Anna é narrada em flash back.

De fato, esta versão não é nada parecida com as anteriores porque no roteiro se integram duas obras. Além do marcante clássico do realismo russo há o relato de Vikenty Veresaev, “Na Guerra Japonesa”, e o ciclo do mesmo autor, “Contos Sobre a Guerra Japonesa”.

Publicado em 1877, o romance de Tolstói acontece na Rússia czarista e retrata um caso extraconjugal vivido por Anna Karenina, mulher casada e mãe de um garoto pequeno. Ela se apaixonou pelo conde Vronsky e abandona a família para viver com ele, chocando a sociedade e gerando consequências trágicas. É uma forte crítica às estruturas hipócritas das famílias tradicionais da aristocracia daquela época.

“O conflito entre a Rússia e o Japão é o início do fim do império (russo)

e nos pareceu um bom ângulo para voltar a abordar a história entre Vronsky e Anna, no qual fica plasmado também o destino de todo o país”, disse Shakhnazarov na pré-estreia do filme na Rússia, em junho de 2017.

As filmagens do longa foram realizadas simultaneamente às da minissérie Anna Karenina, também dirigida por Karen Shakhnazarov e exibida no canal estatal Rússia-1, em 2017. Enquanto a produção televisiva está mais próxima do clássico de Tolstói, o longa, que também estreou na Rússia no ano passado, logo após o seriado chegar ao fim, se refere também ao livro de Veresaev, com um Vronsky envelhecido reavivando as memórias do passado e percebendo que sempre esteve preso a elas. Além disso, o filme apresenta cenas de batalhas que só as telas do cinema poderiam fazer jus ao seu aspecto espetacular.

Perguntado por que, no cinema, Anna Karenina tem mais de 30 versões, Shakhnazarov respondeu: “Seguramente porque é o melhor que foi escrito sobre as relações entre homens e mulheres, e por isso os diretores se debruçam sobre esta obra: é um



estímulo”. Além disso, acrescentou, “a guerra russo-japonesa é um território ignorado na cinematografia russa”.

#### Ficha Técnica

Rússia, 2017, 138 min, cor  
Direção: Karen Shakhnazarov

Roteiro: Alexey Buzin, Karen Shakhnazarov

Trilha Sonora: Yuriy Po-teenko

Direção de Fotografia: Aleksandr Kuznetsov

Elenco: Anna Karenina – Elizaveta Boyarskaya; Vronsky – Maksim Matveyev; Karenin – Vitaly Kishchenko; Sergei Karenin – Kirill Grebenshchikov // Makar Mikhalkin

#### Pré-estreia

Data: 05/06/18, terça-feira,

Horário: 20:30h

Local: Cinearte Petróbras Avenida Paulista, 2073, no Conjunto Nacional, Cerqueira César, São Paulo



Boyarskaya, no papel de Karenina e Matveyev como conde Vronsky “Anna Karenina” sob o olhar do conde Vronsky

1904. Guerra Russo-Japonesa. Manchúria. Hospital militar russo nas estações de estrada de um vilarejo chinês parcialmente destruído. O responsável pelo hospital, Sergei Karenin, descobre que o conde Vronsky, ferido e em recuperação ali, é o homem que arruinou a vida de sua mãe, Anna Karenina. Sem nutrir esperanças ou esperar respostas, Karenin faz a Vronsky a pergunta que o vem atormentando por toda a vida: o que fez a sua mãe tirar a própria vida? Depois de hesitar um pouco, Vronsky concorda em contar a história de seu trágico amor por Anna Karenina, ressaltando que as pessoas só lembram o que escolhem se lembrar. Imerso no passado, Vronsky começa a rememorar uma história de 30 anos atrás e finalmente percebe o quanto, ao longo dos anos, esteve sufocado pelo passado.



## CPC-UMES Filmes

Departamento do Centro Popular de Cultura da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo, a distribuidora CPC-UMES Filmes trabalho com o licenciamento direto do Mosfilm desde 2014, com 32 títulos lançados em DVD. Os filmes incluem clássicos do cinema soviético e russo de nomes como Sergey M. Eisenstein (O Velho e o Novo, 1929, com codireção de Grigori Aleksandrov; Aleksandr Nevsky, 1938), Mikhail Romm (O Fascismo de todos os Dias, 1965), Vsevolod Pudovkin (O Retorno de Vassily Bortnikov, 1953), Serguey Popov (O caminho para Berlim, 2015) e outros.

Tendo como base esse catálogo da parceria com o estúdio, o CPC-UMES Filmes também organiza, há quatro anos, a Mostra Mosfilm de Cinema Soviético e Russo, sediada em São Paulo e com exibições em outras capitais. O filme de abertura da última edição, realizada em dezembro de 2017, foi Anna Karenina: A História de Vronsky.



O diretor Karen durante a filmagem de cena de Anna Karenina

## Premiado diretor Shakhnazarov já dirigiu 13 longas

O diretor e roteirista de Anna Karenina - A história de Vronsky, Karen Shakhnazarov já dirigiu 13 longa-metragens, entre os quais “Cidade Zero” (1988), “O Assassino do Tzar” (1991), “Sonhos” (1993), “A Filha Americana” (1995), “A Cidade dos Ventos” (2008), “A Enfermaria Número 6”

(2009), “Tigre Branco” (2012).

Com muitos prêmios nacionais e internacionais, seus filmes apresentam uma densa reflexão crítica sobre a restauração do capitalismo e o desmembramento da União Soviética.

Assumiu em 1998 a direção geral do Mosfilm, o maior estúdio de cinema

da Rússia.

Diretor, roteirista, produtor e romancista, Shakhnazarov nasceu na cidade de Krasnodar em 8 de julho de 1952. Graduou-se no Departamento de Direção da Universidade Russa de Artes Cinematográficas (VGIK), especializando-se em direção para cinema e televisão.

## Presidente da Itália veta ministro anti-arrocho e nomeia ex-diretor do FMI para formar governo

Giuseppe Conte, representante do Movimento 5 Estrelas (M5S), que conquistou a maior bancada nas eleições parlamentares, declarou sua desistência de formar governo, depois que o presidente da Itália, Sergio Mattarella, rejeitou a sua indicação do ministro da Economia.

O indicado do M5S foi Paolo Savona, crítico da submissão da Itália às condições impostas pela adesão ao euro. Savona já foi ministro da Indústria, de 1993 a 1994, e trabalhou no Banco da Itália. Em textos, debates e em um livro recente, ele destacou as preocupações com o euro e com a política econômica imposta pela Alemanha, argumentando que a Itália devia desenvolver um plano para se afastar da Zona do Euro com o menor dano possível ao país.

O presidente italiano confirmou que havia pedido a Conte que indicasse “outra figura que não significasse o risco de saída do euro”.

O líder do M5S, Luigi Di Maio, chamou a atitude do presidente Mattarella de “um choque institucional sem precedentes”.

“De que serve votar se são as agências de risco que decidem?”, questionou Di Maio.

Ele acrescentou que a Itália deixou de ser uma democracia, pois a coalizão que detém 60 cadeiras no parlamento é impedida de formar o governo de sua escolha. “Isso dá raiva mas não termina aqui. Vou pedir ao parlamento que promova o impeachment de Mattarella pois a recusa de nosso gabinete é incompreensível”, afirmou Di Maio.

Ao saber do veto presidencial a sua indicação, o economista Savona declarou, no domingo, que sua visão é “por uma Europa diferente, mais forte e mais igual”.

Savona destacou que acredita que a dívida da Itália deve ser reduzida, mas através de investimentos e estímulo da economia e não dos cortes nos investimentos públicos ou corte de impostos para beneficiar as grandes empresas.

Logo depois de rejeitar a indicação do M5S, o presidente italiano indicou, para formar o governo do país a Carlo Cottarelli, ex-diretor do FMI.

## Apartheid de Israel: juízes indeferem petição para cessar uso de munição letal contra manifestantes palestinos

A Corte Suprema de Israel rejeitou, dia 25, petições de três grupos israelenses de direitos humanos que pediram a proibição ao Exército do país, de utilizar atiradores com munição viva contra manifestantes palestinos.

Durante o protesto de 30 de março a 15 de maio, em que milhares de palestinos da Faixa de Gaza dirigiram-se à cerca que a separa de Israel, foram mortos 114 palestinos e feridos 13.000.

A decisão da Corte israelense de aprovar o crime de lesa-humanidade “dá luz verde para que os tiros contra palestinos em atos de protesto prosigam”, afirmou a organização Adalah – Centro Legal pelos Direitos Árabes em Israel. Trata-se de jurisprudência pró-apartheid.

A organização acrescenta que o tribunal “ignorou completamente a ampla base factual que lhe foi apresentado pelos petionários, o que inclui múltiplos testemunhos de feridos e informes de organizações internacionais que documentaram o morticínio e o ferimento de manifestantes desarmados em Gaza”.



Médicos e manifestantes carregam palestino ferido

Os grupos humanos denunciaram que os juízes “recusaram-se a assistir aos vídeos que documentavam israelenses atirando em manifestantes e, sem examinar de fato o caso, aceitaram completamente as alegações do governo”.

A sentença “é de natureza extremista. Isso fica demonstrado pela ausência alarmante de qualquer menção ao número de baixas apresentado à Corte”, declarou em nota o Centro Al Mezan pelos Direitos Humanos.

A organização israelense, Yesh Din, declarou que “os juízes perderam uma oportunidade de barrar a continuação da matança e das mutilações”.

Enquanto a ONU denunciou o “uso desproporcional de força” e a Anistia Internacional repudiou “o horror e a violação da lei internacional”, o ministro da “Defesa” israelense, Avigdor Lieberman, sudou a sentença e criticou os grupos de defesa dos direitos humanos.

## Colômbia: Petro enfrenta marionete de Uribe e EUA no 2º turno da eleição

Representante da Colômbia Humana, o ex-guerrilheiro Gustavo Petro, prefeito de Bogotá e senador da República, disputará o segundo turno das eleições presidenciais dia 17 de junho contra Ivan Duque, marionete do ex-presidente Manuel Uribe. Candidato dos EUA, Duque é sustentado por paramilitares e narcotraficantes, e um ardoroso sabotador dos acordos de paz assinados em 2016, que colocaram fim a 50 anos de conflito armado.

Nas eleições do domingo, a maior da história do país, com 53% de participação dos 37 milhões de eleitores, Duque obteve 7.566.738 votos (39%), contra 4.850.054 (25%) de Petro e cerca de 4.600.000 (23,7%) do centrista Sergio Fajardo. O resultado abre pela primeira vez na história a possibilidade de vitória das forças progressistas.

Apesar do processo de pacificação, mais de 300 indígenas e lideranças dos movimentos sociais foram assassinados pela extrema direita nos últimos dois anos. Apenas neste ano, foram executados 22 militantes das FARC (Força Alternativa Revolucionária do Comum), ex-Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia. No próprio domingo, um fiscal de Petro foi morto por mercenários em Vereda das Águas.

Apesar disso, sublinhou Petro, “vamos avançando com passo firme, constante, sempre adiante, para mudar a história da Colômbia”, pois as forças do atraso atingiram “o seu teto”. Na sua avaliação, superada a primeira etapa, agora os eleitores vão às urnas para uma definição de “caminhos que marcam dois grandes rumos históricos”. E questionou: “Voltaremos a pensar que é sobre a base de eliminar direitos, liberdades, justiça, que podemos realmente solucionar os problemas que afligem a sociedade colombiana? Acreditamos que é a partir da consolidação de um pensamento anacrônico do passado que poderíamos enfrentar hoje os desafios que se impõem ao país: a violência, a falta de investimento na educação, o raquitismo de uma economia que condena a maioria, ou a pobreza pura e simples ou a relações salariais onde o único que existe são contratos temporários de três meses pelos quais é preciso suplicar por mais três meses e assim seguir construindo a vida e o futuro?”.

“É uma história que marcou a Colômbia com a desigualdade social, violência, do autoritarismo, exclusão das maiorias. Nossos quase 5 milhões de votos são da juventude, de excluídos de ponta a ponta do país que decidiram irromper e dizer: aqui estamos, nós também existimos, nós também queremos decidir sobre a Colômbia”, frisou.